

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Caroline Santos

**LEITURA EM MOVIMENTOS:
REFLEXÕES SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DA LEITURA A
PARTIR DO PROJETO FLORIPA LETRADA**

Florianópolis, SC

2018

CAROLINE SANTOS E SOUZA

Leitura em movimento:

Reflexões sobre as representações da leitura a partir do projeto
Floripa Letrada

Trabalho de Conclusão e
Curso apresentado, com vistas
à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr.
Alexandre Bergamo

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Caroline

Leitura em movimento: Representações da leitura a partir do projeto Floripa Letrada/ Caroline Santos e Souza; Orientador, Alexandre Bergamo, 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Sociologia da Cultura. 3. Leitura. 4. Floripa Letrada. I- Bergamo, Alexandre. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

SUMÁRIO

Resumo	7
(Algumas) esclarecimentos prévios	9
Apresentando o projeto, Floripa Letrada	15
CAPÍTULO 1: a centralidade da leitura, uma questão cultural.....	31
1.1. Leitura uma preocupação cultural	31
1.2. Políticas públicas	33
1.3. Breve histórico da leitura nas políticas públicas no Brasil	39
1.4. Marcos políticos do livro e da leitura	44
1.5. Ponderações sobre <i>Retratos do Brasil</i>	44
CAPÍTULO 2: como encarar a leitura.....	49
2.1. Ler, um verbo intransitivo	49
2.3 Problemática da crise da leitura.....	58

CAPÍTULO 3: sobre o campo- projeto floripa letrada	65
3.1. Depois das primeiras impressões	65
3.1.1. Impossível AGRADAR à gregos e troianos ..	68
3.1.2. Transformações & Reorganização (do Projeto)	
.....	73
3.2. Digressões	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXOS	88
Anexos 1: Portaria dos livros didáticos (nº 043/2011)	
.....	88
Anexo 2: relocação do Projeto Floripa Letrada (PORTARIA N°60/2017)	90

RESUMO

A pesquisa busca dar atenção as representações da leitura tomando como ponto de partida a experiência de estágio no projeto Floripa letrada, no primeiro semestre de 2014. As reflexões traçadas nos levam a considerar que a leitura enquanto uma preocupação cultural ganha forma utilitária, e assim é mobiliza marcas distintivas nos discursos sobre a leitura.

(ALGUMAS) ACLARAÇÕES PRÉVIAS

Os entrelaçamentos entre teoria e prática cozinham ao sabor do tempo desde que estagiei no projeto *Floripa Letrada* e participei do grupo de estudos sobre práticas da leitura coordenado pelo professor e orientador Alexandre Bergamo no primeiro semestre de 2014. No grupo de estudos fui apresentada à uma bibliografia, que procurei ler e reler conforme percebia meu amadurecimento acadêmico, e essas leituras proporcionaram a modelagem dos *insights* sobre a leitura enquanto prática cultural, redimensionando inúmeras vezes a possibilidade de desenho desta pesquisa.

Um fato sobre o percurso da pesquisa é que, ao me emaranhar na interdisciplinaridade, procurando os caminhos da análise, me perdi e me encontrei indeterminadas vezes. Assim me parece apropriado ilustrar esse momento com uma frase de Robert Darnton (2010): “no início eu não tinha noção da minha falta de noção”.

Adentrar o campo de estudos sobre o livro e a leitura é necessariamente transitar pela interdisciplinaridade, como bem aponta Jean-Yves Mollier:

Situado em uma encruzilhada dos saberes onde historiadores, literatos, sociólogos, etnólogos, linguistas, economistas, especialistas de biblioteconomia e das ciências da informação e da comunicação têm todos alguma coisa a dizer, esse objeto não pode pertencer particularmente a dever ser estudado de forma transdisciplinar. (Mollier, 2016, p. 55)

A transdisciplinaridade que o autor sugere refere-se a abordagem *transnational* para os estudos nacionais de difusão de livros. Essa abordagem compreende uma crítica que serve de alerta para os

pesquisadores: a necessidade de alargar o horizonte de pesquisa, visto que repensa o quanto uma abordagem nacional da produção da escrita ocultaria a realidade do mercado do impresso. Mollier (2016) utiliza como ponto de partida, e exemplo, os textos políticos e religiosos para pensar o quanto a circulação do livro é afetada pela transformação e trocas de tecnologia e pelos processos de tradução, que, inclusive, ocorrem de forma desigual no território nacional e para além dele.

O quadro nacional do exame dos livros é sem nenhuma dúvida um espaço cômodo e útil para esse trabalho, mas não deve mascarar as porosidades, as circulações de um território para outro, as trocas múltiplas e multiformes que puderam produzir-se, as adaptações, traduções, falsificações ou mutilações e censuras dos textos e é nesse que a abordagem transacional e transcultural dos fenômenos é sem dúvida a melhor garantia contra o risco de reclusão e ou cegueira que espreita todo pesquisador cujo objeto é proteiforme. (MOLLIER, 2016,p. 56)

Pensar a circulação dos livros nos faz visualizar que de um território para o outro a edição é redistribuída, reescrita, reelaborada, mesmo que o fato de circular esteja atrelado a vontade do sentido universal do texto. O pesquisador ao olhar para texto deve percorrer o caminho que o leva à edição e à circulação do texto. Muitas vezes os textos importados são editados para atender um público imaginado de leitores, essas edições somente serão percebidas num movimento de identificar a transacionalidade arrolado no livro.

Roger Chartier (2004) interessado nas práticas culturais, nas leituras e nos leitores da antiga França, sinaliza que a leitura pode ser

compreendida como qualquer outra prática cultural, onde suas competências estão correlacionadas a diferentes instrumentos de *apropriação*¹ do objeto que são distribuídos desigualmente segundo o grau de instrução escolar, idade, gênero, sexualidade, classe e raça. Ao descrever as práticas da leitura ocorre a descrição das particularidades distintivas dos leitores. Quando um objeto é produzido engendra elementos autorais que prescrevem através da presença de marcas classificatórias sua legitimidade e, com isso, os distribui de acordo com elas. Pensar a leitura como um espaço de apropriação é colocar que ela jamais será simplificada ao que é lido, é pensa-la como uma forma de construção de sentido.

A atenção dada às materialidades por meio dos *protocolos de leitura*², por Chartier, remete ao caminho da abordagem transacional proposto por Mollier, pois, alerta para os perigos de encarar a leitura como universal, como se a circulação do livro garantisse uma forma de apropriação do texto, quando o que ocorre é justamente o contrário,

¹ Apropriação é um conceito central nos escritos de Roger Chartier, através dele o autor pensa os usos do livro ponderando os meios que diferentemente os leitores. Nas palavras do autor: “A apropriação, tal como a entendemos, tempor objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem”. (Chartier, 2002. p. 26)

²São marcas presentes nos textos que pretendem expor um *corpus* do ato de ler. Basicamente abrangem duas direções: uma que permeia as distribuições de marcas pelo autor e a outra- que não necessariamente contém a mesma ideia de “leitor ideal”- pela figura do editor que produz uma extensão da leitura nas formas editoriais (tamanho de parágrafos, divisões de capítulo, custo, etc.).

segundo os autores, o movimento de circulação altera a materialidade, logo, altera sua maneira de ler.

Nas palavras de Bourdieu:

Se é verdade o que eu digo da leitura, que é produto das circunstâncias nas quais tenho sido produzido enquanto leitor, o fato de tomar consciência disso é talvez a única chance de escapar ao efeito dessas circunstâncias. O que dá uma função epistemológica a toda reflexão histórica sobre a leitura (2011, p.233)

Ao considerar a leitura uma instituição histórica, é preciso examiná-la para evitarmos a naturalização de pressupostos inconscientes, pois todo texto possui marcas autorais que visam um leitor.

Num sistema de gosto, as representações da leitura fomentam as tomadas de posições, a “representação constitui ela própria a função da relação objetiva entre as posições relativas dos autores no campo” (Bourdieu, 1999, p.162). As representações não são classificações arbitrárias por si só, são configurações simbólicas que encontram uma consistência e credibilidade na medida em que correspondem aos interesses ou aos preceitos de certos grupos sociais detentores do poder.

Por meio do conceito de *representação* e suas possibilidades de articulação com o mundo social³ na formulação de distinções culturais,

³ Em primeiro lugar, o trabalho de classificação e delimitação que produz configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente constituída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de

busco analisar a organização do Projeto Floripa Letrada a partir do conjunto de relações que o circunscrevem, pelos processos que engendram suas práticas de operacionalização e o seu campo de possibilidades e, também, suas motivações que mudam no tempo e espaço.

Em consequência disso, o capítulo 1 pretende apresentar a leitura como uma preocupação cultural para percorrer, a partir das reflexões sobre as políticas públicas, os discursos governamentais sobre a leitura. O capítulo 2, traz reflexões teóricas sobre as características dos modos de encarar o ato de ler. O capítulo 3, retoma a operacionalização do projeto e dimensiona como as representações da leitura a envolvem.

estar no mundo significa simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instancias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perturbada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 2002, p.23)

APRESENTANDO O PROJETO, FLORIPA LETRADA

Primeiras impressões: Como funciona o Floripa Letrada? Logo quando se entra no prédio da prefeitura (Centro de Educação Continuada da Secretaria de Educação) se enxerga a porta do projeto seguida de uma pilha de livros. A sala tem quatro cantos, três estão ocupados por pilhas de livros. No canto que escapa do armazenamento, fica uma mesa com telefone, agenda, objetos organizacionais (clips, caneta agenda, etc.) objetos pessoais. Na mesa uma pilha de livros “seletos”. Aqueles que não vão para as estantes do projeto e que são dedicados e agraciados a alguém. Todos os outros livros tendem ir às estantes pelas vias da rotina de operacionalização (apesar de às vezes encontrarem outros caminhos). A pilha à direita da porta estão os materiais que chegaram por meio de doações. Ora, de bibliotecas (na maioria das vezes municipais), ora, de pessoas físicas. As pilhas a esquerda tendem ser feitas por caixas em espera do carro (cedido pela SME) para ida até os terminais. Ao lado dessa pilha e de frente à porta estão os livros carimbados e remendados que aguardam lugares nas caixas. No centro da sala fica a mesa de trabalho, onde os livros são carimbados com os enunciados: “não pode ser vendido” e “Floripa letrada- Palavra em movimento”. Nem tudo é livro. O projeto recebe muitos manuais técnicos (como manuais de instrução de elétrico doméstico), apostilas e revistas. Na grande maioria são livros didáticos. Muitos são novos, sem uso, retirados da embalagem

O carro da prefeitura consegue levar um número X de caixas. Aproximadamente duas por estante. O carro nos deixa no terminal (eu e outro estagiário). Conduzimos as caixas até às estantes. No TICEN, o maior dos terminais, o do centro da Ilha, usamos um caminho de supermercado para transladar as caixas. O que chama atenção aos olhos dos transeuntes e muitos conhecem o projeto neste instante.

Somos encarregados de preencher todas as prateleiras, mas preferencialmente as da plataforma A e B (o TICEN tem 4 plataformas- A, B, C e D). O que ficou subtendido (e de certa forma explícito), é que esses terminais transitam pessoas de regiões economicamente centrais (importante

considerar a malha urbana da ilha, onde a plataforma A e B ligam o sul da ilha, lagoa, beira-mar norte e as proximidades do circuito universitário) e a chefia dessas linhas de ônibus é uma das principais colaboradoras do projeto (principal iniciativa financeira). Afinal, o projeto da Secretaria Municipal da Educação tem pareceria com a Secretaria de Mobilidade Urbana e a empresa privada COTISA.

(Fragmentos do diário de campo, após uma semana de trabalho, março de 2014.)

Floripa Letrada- a palavra em movimento- é um projeto da Prefeitura de Florianópolis que iniciou em 2010 com a parceria da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Mobilidade Urbana a partir dos esforços de funcionários dessas instituições.

Focalizado nos terminais de ônibus, o Projeto, organiza um acervo de textos (romances, manuais técnicos, apostilas, livros didáticos, receitas, dentre outros gêneros discursivos...) em brochuras ou impressos em outras materialidades para disponibiliza-los aos usuários dos terminais urbanos de ônibus, TICEN, TICAN, TILAG, TIRIO e TITRI⁴.

No site da Prefeitura Municipal de Florianópolis, há uma reportagem no dia 27 de agosto de 2010, mês de lançamento do projeto. Entre os enunciados das entrevistas que a compõe, vale ressaltar o pedido da Assessora Especial Sidneya Gaspar de Oliveira⁵: **“Se todos que lerem o livro e ou a revista retirada nos expositores devolverem, mais**

⁴ TICEN, TICAN, TILAG, TIRIO e TITRI são abreviaturas da nomenclatura dos terminais de ônibus urbanos. TICEN, terminal do centro; TICAN, terminal do bairro Canasvieiras; TILAG, terminal do bairro Lagoa da Conceição; TIRIO, terminal do bairro TIRIO; TITRI, terminal do bairro Trindade.

⁵ Assessora do Secretário de Educação.

pessoas terão acesso às obras e o Floripa Letrada cumprirá seu objetivo: democratização da cultura”⁶, onde situa o leitor no sentido do projeto. Ainda na reportagem, há um vídeo da entrevistada com o Secretário Municipal de Educação Rodolpho Joaquim Pinto da Luz para a *TV Câmara* explicando que o modelo do projeto busca pôr em circulação livros e revistas como **meio de incentivar o hábito da leitura, criar novos leitores e divulgar os mais diversos autores.**

Inicialmente os terminais do Centro, Canasvieiras (Norte da Ilha) e Rio Tavares (Sul da Ilha) receberam as estantes do projeto. Depois, em 2013 os terminais da Lagoa da Conceição e da Trindade. As estantes (figura 1) foram doações da COTISA feitas de *MDF*, revestidas com adesivos que trazem nos dizeres passo-a-passo do funcionamento do projeto, junto ao título *Floripa Letrada*, o slogan *leitura em movimento* e a figura do Dom Quixote como mascote do projeto (figura 2).

6

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=notpagina¬i=2293>. Acessado em 12.11.2017.

Figura 1⁷



Figura 2



⁷ Disponível em:

http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/imagens/24_08_2010_15_13_1fc8bba92bf76931d8508edc553ee633.jpg

A escolha dos personagens Dom Quixote e seu escudeiro Sancho Pança como propaganda corresponde a uma analogia entre o enredo do romance e a intenção do projeto. O “marketing” foi pensado para relacionar a história dos personagens de 1605 do escritor espanhol Miguel de Cervantes com criação de uma imagem do Floripa Letrada como um facilitador de leitura para os transeuntes dos terminais, uma vez que, Dom Quixote afetado pelas leituras de romances, vive muitas aventuras com seu escudeiro.

O projeto cria sua divulgação em torno da possibilidade de as estantes criarem novos mundos naquele espaço. Além disso, o fato de a obra ser um clássico da literatura universal possibilita que a imagem de um projeto se aproprie de um capital simbólico, posto pelas práticas de leitura. O cartaz de inauguração (figura 2) foi divulgado no site da prefeitura⁸ com uma notícia explicativa, dividida em cinco tópicos; resumo introdutório do projeto, proposta “lendo mais Floripa”, Dom Quixote de La Mancha, como funciona e devolução. Na parte que corresponde a explicação sobre a mascote, o texto finaliza assim: “*O mundo imaginário criado pela leitura e as viagens fantásticas que um bom livro proporciona é um legado do Floripa Letrada para os florianopolitanos*”. Ora, esses novos mundos são uma possibilidade das funções das estantes ou da leitura? Seria o status da leitura na cultura que possibilita esse eixo discursivo? Como os terminais de ônibus possuem dimensões e fluxos diferentes que configuram estruturas específicas, o formato das estantes não é igual para todos. O TICEN, é dividido em

⁸ <http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina¬i=2293>

quatro plataformas: A, B, C, D e E, (figura 3). Das cinco plataformas que possui, em três estão duas estantes do projeto, cada uma com quatro lados e três prateleiras. As primeiras estantes a serem abastecidas são da plataforma A, em seguida as das plataformas B e C. Dessa maneira, as plataformas A e B recebem o maior número de materiais. Essas plataformas são administradas pela empresa que coordena os terminais urbanos de ônibus através da COTISA (Companhia Operadora de Terminais de Integração S/A), nelas saem ônibus para região Centro, Sul e Leste da Ilha.

A plataforma “D” e “E” não possui estantes e, tanto estas quanto a “C”, não possuem catracas e o ônibus fazem trajetos para as cidades da “Grande Florianópolis”, Biguaçu e Palhoça. Os terminais TICAN, TIRIO, TILAG e TITRI abrigam apenas uma estante com a penas um lado com três prateleiras (Figura 4).

Figura 3⁹

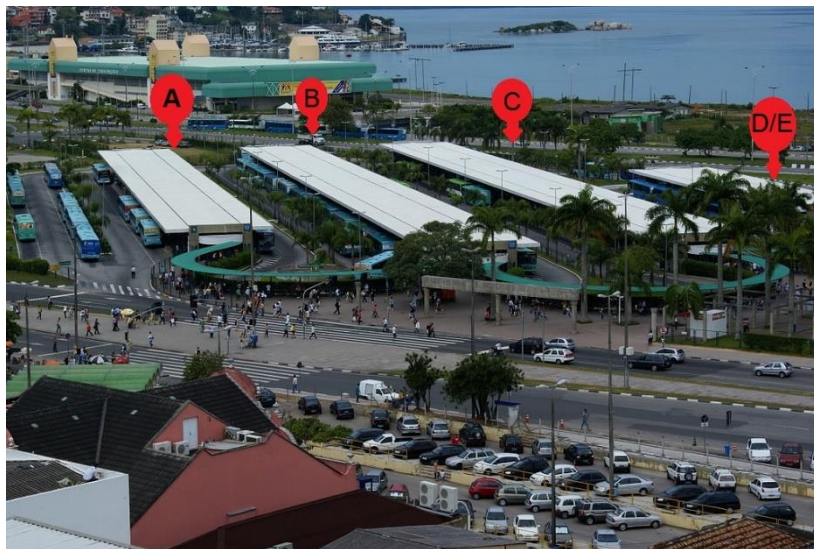


Figura 4¹⁰

⁹ Disponível em: <http://www.guiafloripa.com.br/cidade/mobilidade-urbana/sistema-integrado-de-transporte>

¹⁰ Acervo pessoal.



Com o passar dos anos as estantes do projeto ganharam outros territórios¹¹, prédios públicos como a prefeitura municipal (Rua Conselheiro Mafra, 656- Centro) e escolas da rede municipal como Creche Waldemar da Silva Filho, no bairro Trindade (figura 5), a escola Diamantina Bertolina da Conceição, no bairro Rio Tavares, e a Escola

11

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=notpagina¬i=11649>

Básica Herondina Medeiros Zeferino, no bairro Ingleses (figura 6). Conforme foram tecidas redes de comunicação, inclusive, através das doações, foram pensadas estantes para além dos terminais.

Figura 5¹²



¹² Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=notpagina¬i=11649>

Figura 6¹³



As atividades como estagiária eram designadas à dois espaços:

1) O espaço interno, a sala do projeto, na qual, descrevo na epigrafe desta introdução: localizada no Centro de Formação Continuada da SME, região central de Florianópolis. Nessa sala são recebidos e armazenados os materiais que compõem o acervo e que em seguida serão postos em circulação por meio do projeto Floripa Letrada. Os materiais chegam através de doações de pessoas físicas e jurídicas. Algumas remessas são apanhadas com os doadores pelo carro da Prefeitura, que também, transporta as caixas com os materiais até os terminais. O primeiro passo após receber os materiais na sala é registra-los numa

^{13 13} Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=notpagina¬i=11649>

planilha de acordo com o nome (título), tipo (se é didático, livro, revista, apostila, manual técnico) e ano de edição. Quase que num movimento simultâneo, os materiais são carimbados com dois dizeres “*não pode ser vendido*” e “*Floripa Letrada, a palavra em movimento.*”, além disso, quando manuseados um a um, os antigos ou novos estropiados recebem fita adesiva para reforçar o dorso e assim evitar que as folhas caiam com facilidade. Dessa forma os materiais, organizados em caixas, aguardam o transporte para seguir às estantes. Se perguntássemos quantos livros chegaram às estantes, a resposta seria em número do volume de caixas e não quantidade de livros, títulos, autores e tipos.

Figura 7¹⁴. O interior da sala.



2) o espaço externo, considerado os tentáculos do projeto: digo tentáculo para impor uma ideia de alcance promovido pelo projeto que

¹⁴ Acervo pessoal.

nesses anos de atuação mantiveram suas estantes nos terminais de ônibus, prédio públicos e escolas.

Figura 8¹⁵. Distribuição dos livros.



Em alguns trajetos que fiz ao conduzir as caixas de materiais enquanto estagiária que exercia sua função no projeto, travei muitas conversas sobre livros, gosto literário, muitas vezes sobre religião. Espera-se de quem faz estágio que dialogue e consiga novos contribuintes para o projeto, ou seja, que converse com as pessoas sobre o projeto durante as atividades, pois, o “melhor momento” é aquele em que se chama maior atenção, e isso ocorre quando se veste o colete do projeto, quando se empurra um carrinho de supermercado cheio de livros pelos

¹⁵ Disponível em: <http://www.colegiocatarinense.g12.br/o-colegio-catarinense-participa-do-projeto-floripa-letrada/>

terminais ou quando se busca por doações. Esses dois momentos são os de maior contato com os transeuntes que se beneficiam do Projeto, por isso são tão valorizados pelas pessoas que trabalham no projeto. Apesar do longo período de atuação do projeto e das estantes visíveis, sinalizadas e com descrições explicativas impressas, é no momento de abastecimento que muitas pessoas conhecem e entendem o projeto.

O último crivo que passei para ser admitida como estagiária do projeto foi uma entrevista com a secretária adjunta da Secretaria Municipal de Educação, na época, Maria José Brandão, uma das idealizadoras do projeto *Floripa Letrada*. Nessa reunião percebi a familiaridade do projeto com tantos outros que promovem a *circulação solidária* de livros. Ela mencionou inúmeras impressões de projetos similares em capitais por quais viajou, sempre posicionando os aspectos positivos.

Uma das cidades citadas foi São Paulo. Procurei informações pela internet e encontrei, no site da companhia que opera os consórcios das linhas de ônibus paulistana, uma explicação sobre o projeto *Cultura nos Terminais*, e, logo na primeira frase encontrei o enunciado do seu objetivo o “*incentivo à leitura como ferramenta de transformação social*”¹⁶. Outro exemplo de cidade é Curitiba e suas *tubotecas*, que também foi alvo de comparação e menção de cidade com “uma cena cultural forte”. O projeto de lá possui um site e nele encontram-se os

¹⁶ <http://www.sptrans.com.br/biblioteca/>

dizeres do presidente da Fundação Cultural de Curitiba (FCC) Marcos Cardioli, que pretende “*fazer o curitibano ler mais*”¹⁷ através do projeto.

Ambos projetos partem do mesmo movimento: promover um lugar para armazenar livros e outras textualidades oriundos de doações públicas e privadas com intuito de fomentar o acesso ao livro e a leitura. Essa exemplificação da proximidade desses projetos com o *Floripa Letrada* ilustra o que há de corriqueiro nas possíveis atividades de promoção da leitura e do livro enquanto objeto cultural. Os modelos de outras cidades não fogem à regra, portanto, os utilizo como demonstrativo de um movimento que ocorre em diferentes lugares e refletem semelhanças. Mais do que isso, considerando que colocam como pano de fundo a desigualdade às portas de acesso desses dois mundos do universo da escrita (leitura e livro) como um problema a ser resolvido, serve como eixo reflexivo de indagações sobre a centralidade do livro e por sua vez da leitura na construção de uma sociedade mais justa.

Dessa forma, quando trouxe os exemplos dos projetos de circulação de livros nos terminais de ônibus, ressaltando os enunciados que designam um sentido aos seus objetivos, procurei ilustrar que o *Floripa Letrada* aparece na cena da cidade, não como uma novidade, mas sim, como um meio de concretizar e difundir uma necessidade oriunda de um movimento cultural onde o motor é a leitura.

Os projetos conseguem amarrar o modelo de arrecadação de livros (por meio de doações) de acordo com as necessidades difundidas pela mitologia dominante entorno da centralidade do livro. E, também,

¹⁷ <http://www.todalettra.com.br/2013/02/estacoes-tubos-e-terminais-de-onibus-de-curitiba-vao-ganhar-bibliotecas/>

pelos efeitos da cultura, que postula o mundo que deve ser alcançado e que somente os letrados possuem as ferramentas necessárias. Dito de outra forma, só é possível os projetos traçarem uma linha tênue entre o público e o privado porque estão embasados na sentença da centralidade cultural norteadas pelo livro, no qual, o livro, aparece marcado pelo seu efeito simbólico nos trâmites da organização política das cidades.

CAPÍTULO 1: A CENTRAIDADE DA LEITURA, UMA QUESTÃO CULTURAL

1.1. LEITURA UMA PREOCUPAÇÃO CULTURAL

Seguindo na direção delimitada por Anne Marie e Hébrad, no livro *Discursos sobre a leitura*, observamos que:

Em nossa modernidade houve uma sensível mudança dos próprios *loci da leitura*. Se antes se lia, talvez mais, só na escola ou ‘no espaço privado do quarto’, observa-se hoje, porém, que o exercício de ler ocorre menos na escola, na casa e mais nos lugares públicos. (ANEE-MARIE, HÉBRAD, 1995, p.450)

Dessa maneira, precisamos retomar a ideia do ler enquanto verbo intransitivo para compreender que a leitura está em todo lugar, uma vez que, vista como uma ação positiva, é possível consumir todos os textos e materialidades e encontra-los em toda parte.

A leitura no decurso de um século, como acompanha os intelectuais franceses, deixa de ser uma prática *sui generis* do espaço escolar e/ou religioso e adentra os espaços da cidade, do campo, da sociedade, ou seja, da cultura. Ler torna-se uma preocupação cultural.

Será que a leitura ainda é uma parte constitutiva da cultura? Em princípio acolhedora, de uma variedade infinita de produtos disponíveis no mercado, por pouco que constituam uma ocasião de atividades “proveitosa” para os alunos (“Com eles, tal autor ‘vende’ bem!), a leitura testemunha a diversificação das referências prescritas outrora e sua substituição por escolhas ilimitadas de direito, mas que na prática mostram-se sempre restritas: as fidelidades pessoais dos professores a alguns meios sociais, a faixa etárias, a redes de sociabilidades múltiplas que permitem perceber como se opera, as opções e se estabiliza o novo acervo. A leitura-prazer comparece à escola como convidada, mesmo que estejam lá todos os seus suportes. (...) Desse modo, no momento em que a

escola parecia haver perdido todo o território específico de leitura, ela potencialmente escolarizou o conjunto do espaço social, porque constituiu todas as leituras como leituras acompanhadas, como leituras a avaliar, e portanto como leituras escolarizáveis. (ANEE-MARIE, HÉBRAD, 1995, p.576)

Romances, revistas, jornais, documentários, bulas, horóscopos, panfletos, enfim, uma diversidade de textos e suportes textuais adentram o território escolar como uma preocupação da transmissão cultural. Deve-se ensinar e aprender trabalhar com estes gêneros discursivos e, ao mesmo tempo, lidar com as problemáticas sucedidas pela ampliação do acesso à escola e ao universo do escrito.

A preocupação com a democratização do ensino fez com que a atenção se voltasse para a transmissão daquilo que era mais urgente e importante para vida na modernidade. De certa forma, pode-se pensar que a inclusão de vários gêneros discursivos no campo educacional redefiniu a ideia de patrimônio cultural, inserindo-os na centralidade das práticas em conjunto com a literatura. Assim, a preocupação com a democratização do ensino colocou em destaque o consumo de vários objetos culturais reajustando o foco da literatura enquanto patrimônio cultural. Se a leitura está no terreno da cultura, pois, diz respeito ao consumo dos objetos culturais, suas balizas são constituídas nas e pelas práticas culturais. Sendo que, balizas, são marcas distintivas que são utilizadas para traçar estratégias e reverberam em estereótipos e estigmas. Desde o que é a boa leitura a como é ser um bom leitor.

A leitura como preocupação cultural foi eixo discursivo para apontar problemas sociais como o *iletrismo* (Lahire) e ponto de partida

para uma série de investimentos políticos, governamentais e não governamentais.

1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS

O campo específico de análise das *políticas públicas* surge durante os anos do pós-guerra, no qual, o contexto econômico, político e social corrobora para maior participação e intervenção do Estado em todas as esferas, inclusive nas quais sempre demandaram atenção- saúde, transporte e educação (Sidiney & Neto, 2016). Nesse período, os cientistas políticos, nas universidades americana, voltados a investigações acerca das relações de poder iniciam uma série de orientações para o desenvolvimento de conhecimento e informação necessários para uma “boa governança”, considerando os reflexos positivos das políticas públicas na melhoria das condições de vida dos cidadãos. Todavia, apesar deste campo de pesquisa surgir nos EUA pela via da ciência política, hoje é pensado como pluridisciplinar, tendo contribuições, por exemplo, da sociologia e da economia (Araújo, 2017).

Este campo de estudo pretende conhecer as elaborações, as implementações e avaliações das intervenções nas sociedades que os Estados realizam como ações concretas para resolução de problemáticas sociais relevantes e que precisam de uma orientação e são reconhecidas como políticas públicas. Outro aspecto interessante deste campo de estudos, é o espaço que possui para que se possa explorar a intenção de abrir a *caixa preta* da política e dos processos políticos nas sociedades modernas (Araújo, 2017). Explorar a *caixa preta* é explorar os problemas tendo em vista que são construções sociais. A conclusão de um problema

que se torna o objetivo das políticas públicas não é algo dado (posto como obvio), passa por processos de identificação e sistematização. Pensar a *caixa preta* é pensar que os problemas não são lineares, inclusive, a direção que o torna a agenda política pode partir tanto do Estado como da sociedade civil.

Enrique Saraívia (2007) na *introdução à teoria da política pública* explica que é possível considerar uma política pública como uma estratégia que visa determinados fins, que, de alguma forma, são quistos por grupos que participam do processo decisório. Dessa forma, as políticas públicas são fluxos de decisões públicas que buscam a manutenção, ou não, do equilíbrio social, ou seja, que afetam o tecido social. Como partem do desejo de determinadas grupos políticos, suas finalidades condensam valores, desejos e visões daqueles que participam do processo decisório, e com isso, forma-se o elemento orientador das inúmeras ações que constituem uma determinada política.

O processo de política pública não possui uma racionalidade manifestada ao ponto de que computadores não assumam com seus algoritmos o processo de sua formulação, pois não é uma ordenação tranquila na qual os atores sociais correspondem às ações e o papel esperado. Dado a tal turbulência e possível não-governabilidade, as políticas públicas, deixam uma sensação de “desordem” em que afetado o cidadão, os atores administrativos, políticos e analistas constata sua complexidade a aparentes debilidades do Estado para cumpri-las. (SARAÍVIA: 2007)

Para ilustrar os diversos significados da expressão “política pública”, Saraívia utiliza a citação de Aguilar Villanueva:

política pode denotar várias coisas: um campo de atividade governamental (política de saúde, educacional, comercial), um propósito geral a ser realizado (política de emprego estável para os jovens), uma situação social desejada (política de restauração de centros históricos, contra o tabagismo, de segurança), uma proposta de ação específica (política de reflorestamento dos parques nacionais, de alfabetização de adultos), uma norma ou normas que existem para determinada problemática (política ecológica, energética, urbana), um conjunto de objetivos e programas de ação que o governo tem em um campo de questões (política de produtividade agrícola, de exportação, de luta contra a pobreza). Ou a política como produto e resultado de específica atividade governamental, o comportamento governamental de fato (a política habitacional conseguiu construir n número de casas, a política de emprego criou n postos de trabalho), o impacto real da atividade governamental (diminuição do crime urbano, aumento da conclusão do ciclo básico de estudos, diminuição dos preços ao consumidor, redução da inflação), o modelo teórico ou a tecnologia aplicável em que se sustenta uma política governamental (política da energia, política de renda regressiva, política de ajuste e estabilização). (SARAIVA, 2007, p.46)

Cada política pública terá um formato específico conforme as características da sociedade que está inserida e a constitui. Sendo desenhada como um conjunto de ações concretas, através de mobilização de recursos, correspondendo a um quadro geral de ação, visando um público alvo e apresentando sua finalidade por meio de objetivos e metas definidos em função de normas e valores (SARAIVA: 2006,).

À luz da leitura do livro *Políticas Públicas* de André Singer podemos ponderar ao definir o que é política pública, não só a arbitrariedade da definição do conceito entendido como tratamento ou a resolução de um problema reconhecido coletivamente, mas também,

discorrer sobre questões emaranhadas na discussão sobre o seu delineamento, como: Quais são os atores que elaboram as políticas públicas? São apenas estatais? O que caracteriza uma política pública é ação, ou, também, negligência e omissão? Ações operacionais podem ser considerada políticas públicas?

Saraívia (2007) conta que nos dicionários de ciência política há quatro componentes comuns que podem direcionar as características das políticas públicas:

- a) institucional: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante;
- b) decisório: a política é um conjunto sequencia de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades;
- c) comportamental, implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular;
- d) causal: são os produtos de ações que têmefeitos no sistema político e social. (SARAÍVIA, 2007)

De acordo com a característica da pluridisciplinaridade do campo de estudos das políticas públicas, há diferentes enfoques, estilos e cartografias no estudo e análise das ações em torno dos problemas públicos. Assim como existe pesquisas que se debruçam nas ações do Estado e o consideram o único vetor das políticas públicas, existe os enfoques que consideram as relações com toda- e qualquer- burocracia (Secchi, 2010). Direções que são tomadas conforme os marcos teóricos utilizados para pensar a concepção de Estado.

Não é intenção deste capítulo aprofundar o debate das políticas públicas e as possíveis compreensões de Estado que se têm. Contudo, se

faz necessário pontuar que, entende-se aqui, o Estado como um conjunto de instituições públicas e semi-públicas que atuam para manutenção do ordenamento social. Entende-se que é necessário para o funcionamento desse conjunto de instituições o papel das burocracias e o papel da sociedade expressada em movimentos sociais, grupos de interesse e indivíduos particulares, inclusive, dando atenção às corporações empresariais

Para Figueiras e Gonçalves (2007) há duas formas de aplicação de políticas públicas e sociais: políticas universais e políticas focalizadas. Em um Estado de Bem-Estar Social o caráter das políticas públicas seria universal, todos cidadãos têm direito ao acesso independente das variáveis. No Brasil, o Estado de Bem-Estar social não se estabeleceu por completo e nas décadas de 1980e90 houve a aceleração da implementação de políticas públicas e sociais através das políticas focalizadas. Isso ocorreu inscrito no cenário de disputa entre capital e trabalho, campo dos direitos e o campo do mercado e economia liberal, onde se concretizou a “destituição do social”.

Ocorre que as políticas focalizadas retiram da questão social o caráter universal dos direitos e a política, gradualmente, se orienta, através da avaliação dos atributos pessoais (os realmente pobres) e morais (aqueles que devem receber assistência). O acesso à política social perde a característica de obrigação e passa a ser encarado como privilégio, somente “têm direito” aqueles que realmente precisam. Dessa forma, abre-se espaço para pensar ações específicas que podem ser operacionalizadas por agentes públicos (Estado) ou por ações privadas (empresas). (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

Dito isso, podemos pensar que *políticas públicas* são um conjunto de programas, ações e atividades, governamentais ou não governamentais, que têm como objetivo garantir um determinado direito (social, cultural, étnico ou econômico) para um seguimento específico da sociedade. Assim, *programas sociais* correspondem as direções postas pelas políticas públicas. Na ausência de políticas públicas específicas, projetos políticos criam e operacionalizam *programas sociais, projetos e campanhas*.

Os problemas com a leitura possuem pouco espaço na agenda pública das políticas públicas no Brasil, todavia, desde o início do século XX são motivações e justificativas para se traçar programas, projetos e campanhas em todo território. O programa de maior abrangência no território nacional é o do livro didático (PNLD), pois, é o único programa que permaneceu e ampliou com o passar do tempo. De todos os esforços governamentais o mais complexo é *Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)*, que projeta pesquisas e ações envolvendo vários agentes do Estado e se propõem ser margem para políticas públicas, apesar de não ser institucionalizado como uma.

Os problemas da leitura são percebidos na agenda política como problemas culturais, nessa direção os objetivos traçados visam democratizar a cultura através do acesso ao livro e fomento da leitura. Sendo um problema cultural, a leitura, também é preocupação de instituições privadas, que encontram no abatimento de impostos vias para desenvolver projetos. Ainda, há toda uma narrativa dos editores e agentes educacionais que mantêm o *status* do livro como objeto cultural, principal

meio da transmissão cultural, e com isso, colocam a necessidade de se fazer circular e produzir livros. O que reverbera em inúmeras tentativas políticas de fomentar a produção de livros, como diminuir o valor do livro, um objetivo que volta e meia ressurge na mídia.

1.3. BREVE HISTÓRICO DA LEITURA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Neste tópico, irei repassar as ações governamentais acerca do livro e da leitura no Brasil. O Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1929, foi a primeira ação institucionalizada pelo Estado, para legislar sobre políticas do livro didático. A partir do INL foi instituída em 1938 a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), sendo esta sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no Brasil.

O INL também foi responsável pela elaboração e implementação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que se iniciou em 1929, com outra denominação. Passados 88 anos de programa, o PNLD é o único e mais antigo programa de distribuição de livros didáticos do Brasil. Desde a extinção do INL em 1976, o PNLD já passou pela administração da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), até 1983, quando esta foi substituída pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Em 1997, em mais uma extinção, desta vez da FAE, o PNLD passa a ser administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) até os dias de hoje. Atualmente o PNLD é voltado à educação básica (ensino fundamental e ensino médio),

regulamenta e distribui seus livros didáticos para os estudantes da rede pública de ensino, sendo exceção os alunos de educação infantil.

Em maio de 1992, através do Decreto nº 519, é criado o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). Seus principais objetivos são: incentivar a montagem, a criação e a ampliação de acervos literários das bibliotecas escolares. Coordenada por um conselho formado por representantes do MinC (Ministério da Cultura), do MEC (Ministério da Educação) e do PNLL¹⁸, atua construindo e fortalecendo redes numa ação de *corresponsabilidade não verticalizada* estimulando ações autônomas. Este projeto se coloca como um canal de convergência de interesse que não tem a intenção de se expandir, visa criar comitês de leitura em diversas regiões, de forma descentralizada, através de seus filiados.

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER tem por finalidade contribuir para a ampliação do direito à leitura, promovendo condições de acesso a práticas de leitura e de escrita críticas e criativas. Isto implica articular a leitura com outras expressões culturais, propiciar o acesso a materiais escritos, abrir novos espaços de leitura e integrar as práticas de leitura aos hábitos espontâneos da sociedade, constituindo, dentro e fora da biblioteca e escola, uma sociedade leitora na qual a participação dos cidadãos no processo democrático seja efetiva¹⁹.

Além do PROLER, em 1992, surgiu, através de uma parceria entre o MEC e o governo francês, o PRÓ-LEITURA, com o objetivo de contribuir para a formação continuada de professores, incentivava a formação de mediadores de leitura. Atuando no ensino fundamental e

¹⁸ <http://proler.culturadigital.br/o-que-e-o-proler/>

¹⁹ <http://proler.culturadigital.br>

envolvendo professores em formação e pesquisadores, o programa, extinto em 1996, proporcionava condições para a criação e/ou organização da sala de leitura e cantinhos de leitura.

Em 1997, foi criado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC).

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) tem como objetivo prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica. A distribuição dos acervos de literatura ocorre da seguinte forma: Nos anos pares são distribuídos livros para as escolas de educação Infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Já nos anos ímpares a distribuição ocorre para as escolas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.²⁰Diferente dos programas citados até agora citados, o PNLL - foi criado a partir de um amplo debate entre intelectuais, políticos e sociedade civil, e, a partir da pesquisa *Retratos do Brasil*. Sob coordenação dos Ministérios, MEC e MinC, o *Plano* tem como objetivo principal o acesso de todo o cidadão ao livro e à leitura. Atuando com um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos, o PNLL visa atualizar bibliotecas, criar pontos de leitura e promover bolsas e prêmios literários para escritores e colaboradores da leitura.

²⁰ (<http://www.fnde.gov.br>)

Tende-se conferir a este Plano a dimensão de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa nortear, de forma orgânica, políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito de ministérios – em particular os da Cultura e da Educação –, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e, em especial, todos os setores interessados no tema.²¹

Criado em 2006, o PNLL, tem como orientação quatro eixos principais: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico; desenvolvimento da economia do livro. A principal diferença do PNLL para os outros programas citados anteriormente é a sua dimensão, pois *este* tem a intenção de se projetar como uma política pública. Pode-se dizer que, perante as demandas do cenário da circulação do livro e da leitura no Brasil, o PNLL é ação mais atual que condensa os esforços no âmbito público com dimensão de uma política pública (PNLL: 2014, p.?).

Os eixos de ação do PNLL são pensados valorizando fatores identificados pela UNESCO:

- a) o livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo valorizado por amplas faixas da população;
- b) devem existir famílias leitoras que compartilhem práticas de leitura, de modo que as gerações se influenciem mutuamente

²¹ <http://www.cultura.gov.br/pnll>

e construam representações afetivas em torno da leitura;

c) deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários, mediadores de leitura) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade.

d) deve ser garantido o acesso ao livro, com um número suficiente de bibliotecas e livrarias;

e) o preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores. (PNLL, 2014, p.15)

Considerando os eixos que direcionam o PNLL é possível observar que a compreensão para enfrentar as questões relacionadas a formação de leitores envolvem ações para além da distribuição de livros nas escolas, perpassam vários espaços da sociedade com a intenção de fomentar a leitura. No entanto, a maioria das ações está voltada a fomentação do mercado editorial. É possível perceber esta tendência presente nas ações que são tomadas, pois, na sua maioria, busca viabilizar o acesso entre o indivíduo e o livro. Podendo se pensar outras ações como a formação de professores e mediadores da leitura.

Todas as ações, *plano* e programas, são apoiadas institucionalmente nos Ministérios da Cultura e da Educação. Em todos os sites e matérias de divulgação dessas ações foram encontrados argumentos e discursos que relacionam a prática da leitura com a democratização da cultura.

1.4. MARCOS POLÍTICOS DO LIVRO E DA LEITURA

As possíveis articulações através de programas e projetos a partir do PNLL ressalta a importância de marcos legais que antecedem o *Plano*, como a Lei da Desoneração Fiscal do Livro (lei federal n.º 11.030, de 21/12/2004, em conjunto com a lei federal n.º 10.865, de 30/04/2004), assim como os decretos que instituíram e atribuíram responsabilidades aos ministérios (especialmente da Cultura e da Educação), ao Sistema Nacional de Cultura e ao Plano Nacional de Cultura, ou a Lei do Livro (lei federal n.º 10.753, de 30/10/2003)²², ou, ainda, a lei n.º 9.610, de 19/02/1998, que por sua vez modifica, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras finalidades a todo esse conjunto de marcos legais, criando decretos, portarias e instruções normativas, com desdobramentos no âmbito dos estados e dos municípios. (PNLL, 2014)

1.5 PONDERAÇÕES SOBRE *RETRATOS DO BRASIL*

Um aspecto interessante do processo de elaboração das políticas públicas é a formulação dos dados que servirão de apoio. Os dados geralmente são pontos de partida para traçar as metas do conjunto das ações, quando mascarados ou vagos são menores as chances das estratégias corresponderem efetivamente à solução do problema.

²² Em 30 de outubro de 2003, foi sancionada a Lei n.º 10.753, a Lei do Livro proposta pelo senador José Sarney e que instituiu a Política Nacional do Livro. Esta lei trata de questões pontuais relacionadas ao livro, desde a política nacional para a difusão e a leitura, até a editoração, distribuição e comercialização.

Muitas vezes as categorias utilizadas para agrupar os sujeitos nas frações de classe ou outra conceitualização deturpam a realidade das práticas sociais do mesmo, em razão de, como nos lembra Jessé Souza (2010, p.?), uma mesma renda contém diversos modos de serem aplicadas. Os modos diferenciam conforme as nuances do consumo, que é um meio de construção identitária, portanto, varia segundo outras variáveis como territorialidade, idade, gênero e raça. A questão do agrupamento de pessoas no conceito de classe pela variável de renda é um bom exemplo para ilustrar como essas categorias podem deformar a estatística da apreensão do social. O Estudo Vozes da Classe Média (2012) aponta que a mesma concentração de renda apresenta padrões diferentes de consumo, com isso, ressalta-se que a formação do *habitus* de classe é diluída nas variáveis identitárias e não somente na renda. Toda categoria é uma categoria política.

Logo, chama atenção que *Retratos da Leitura no Brasil*, a primeira (e única) pesquisa com objetivo exclusivo de pensar a leitura, foi realizada somente a partir de 2000. Anteriormente os dados eram retirados do *censo* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A primeira edição dessa pesquisa foi uma realização de instituições privadas como a Abrelivros, CBL e SNEL, aplicada pelo Instituto A. Franceschini *Análise de Mercado*, visando o público de jovens com 14 anos ou mais, com pelo menos três anos de escolaridade. Houve mudanças consideráveis nas edições posteriores (2007; 2011; 2016). O Instituto Pró-Livro passou a realizar a pesquisa em parceria com as instituições que realizaram a primeira edição, o IBOPE

inteligência passou a aplicá-la num público mais amplo, pessoas com 5 anos ou mais, sem requisito de escolaridade mínima.

Outra mudança significativa é metodologia utilizada depois de 2007, que foi desenvolvida pelo CERLALC-UNESCO seguindo padrões internacionais de medição, viabilizando a comparação com países da América Latina e Caribe.

Dito isso, gostaria de pontuar que dando atenção às nuances em que os dados são forjados, percebemos que a ideia de leitor(a) é pensada pela quantidade de livros lido ao ano. O interesse da pesquisa é tanto público quanto privado e há um eixo de pesquisa focado na fomentação do mercado editorial. Contudo, atualmente a pesquisa é encomenda por instituições privadas como o Instituto Pró-livro (IPL)²³ com apoio da Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (Abrelivros), Câmara Brasileira do Livro (CBL) e Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL).

Com tais característica, quais as possibilidades de as ações irem além da formação e extensão de acervos? Quais as possibilidades de as ações não estarem voltadas somente para o mercado editorial, mas sim (ou também) ao campo educacional? Quais as possibilidades de as ações não serem resumidas na preocupação do acesso ao livro? Será que a consolidação de acervos e acesso ao livro é capaz de diminuir as

²³ O Instituto Pró- Livro – IPL é uma associação de caráter privado e sem fins lucrativos mantida com recursos constituídos, principalmente, por contribuições de entidades do mercado editorial, com o objetivo principal de fomento à leitura e à difusão do livro. (trecho retirado do site: <http://prolivro.org.br/home/pro-livro/quem-somos>)

desigualdades sociais, econômicas e políticas presentes nas práticas da leitura?

CAPÍTULO 2: COMO ENCARAR A LEITURA

2.1. LER, UM VERBO INTRANSITIVO

Anne Marie Chartier²⁴ (2003) a partir dos escritos sobre a pesquisa, que se debruça nos discursos ordenadores, naqueles que anunciam as normas do ler bem, nos apresenta pistas para refletir sobre as representações do livro e da leitura. Uma vez que, percorrendo experiências particulares, a autora, percebe manifestações compartilhadas.

Nos interessa pensar o modelo de leitura na cultura de massa discutida pela autora no artigo, de 2003, “Os modelos contraditórios da leitura entre formação e consumo, da alfabetização à cultura de massa”. Isso porque, suas pesquisas a levam a concluir que as práticas da leitura com advento da cultura de massa forjam o modelo “moderno” de leitura que considera o ato de ler um valor universal. O modelo “moderno” de leitura, que coloca ler como um verbo intransitivo, ou seja, ler se torna uma ação positiva, qualquer texto deve ser lido. Observa-se nos manuais didáticos e nas práticas pedagógicas (francesas) que, em consequência desse modelo que se forja a partir da escola, a literatura não é mais o único *patrimônio* cultural a ser compartilhado, pois, revistas, documentários, jornais, quadrinhos, best-sellers, são considerados meios de incentivar a leitura e assim “salva-la”.

Essa mutação quanto aos fins e objetos da leitura é marcada por uma mudança nos discursos: a partir dos anos 1970, o verbo ler se torna intransitivo. Dizem que se faz

²⁴ Na intenção de destacar a autoria, optei por usar o primeiro nome da autora, Anne-Marie, sempre que cita-la, pois, utilizo como referencial teórico seu marido Roger Chartier.

necessário ler, saber ler, gostar de ler, querer ler, fazer ler, sem especificar o que. Dizer que gostamos de ler, é enunciar não os títulos (*Sans famille*, *Dix petits negres*) mas gêneros (os romances de aventura, os policiais), e o gosto de ler se julga pelo consumo que produz. (Anne-Marie, 2003, p.37.)

Anteriormente às mutações percebidas nos discursos dos anos 70, haviam no espaço público discursos que vem sendo elaborados desde o século 19, período afetado pela alfabetização metódica em massa. Neste período, na França, escola e igreja disputavam o enquadramento do público inculto ao ponto de ambas instituições denunciarem (com a mesma força de vontade) os perigos da leitura atenuados pelos efeitos da revolução industrial na imprensa, que possibilita a abrangência de um público maior e sem a fiscalização da mediação institucional (sem a leitura dirigida). Nas palavras da autora, “a queixa existente no fim do século XIX é, portanto, exatamente oposta à contemporânea; não "eles não leem mais", mas "eles leem bastante", "eles têm paixão pela leitura", "eles leem qualquer coisa". (CHARTIER, ano Anne Marie, pp. 38)

A igreja assumiu lentamente o modelo contemporâneo da cultura de massa, ler como verbo intransitivo quando, com o passar dos séculos, a leitura que era destinada à uma pequena parte da população -a elite composta pelo clero que podia dedicar-se a uma leitura dirigida dos textos canônico- passa a ter que lidar com um número maior de títulos. Ler era entendido, a partir da leitura do texto religioso, onde o texto tem um valor em si, como “leitura de meditação espiritual que procura pacientemente tirar da palavra divina algo que esclareça sua inteligência, fortifique sua vontade, alargue seu coração” (Anne-Marie, 2003, p. 38).

Dessa maneira, para o leitor neófito não perder a alma com as leituras ruins dos títulos que surgiam através da ampliação da imprensa, o *index* que classificava os “bons livros” e a “boa imprensa” foi absorvendo um grande volume de textos “neutros” para o entretenimento, até perder o controle da vigilância devido à grande disponibilidade de obras e a impossibilidade de manter o fiel emoldurado e fixado numa determinada prática leitora. (CHARTIER, Anne Marie: 2003)

A leitura de consumo forjada na escola não aconteceu sem nenhuma resistência ou contradição. Mesmo que a escola republicana seja contra a censura de obras²⁵ e agregue ao seu repertório autores “proibidos” pelo filtro da igreja, constrói uma forma de censura ao determinar o que dever ser lido. Nos discursos da “boa leitura” a prática escolarizada consagra obras como “clássicas” onde cabe a escola ensinar o leitor a admirar e trabalhar com a literatura²⁶. Nesse movimento de selecionar obras para trabalhar, rejeita-se os demais textos (jornais, romances populares, escritos religiosos...) que circulam no espaço social e necessita-se de especialistas para ensinar literatura. Também, assim, igualmente a posição religiosa, a escola, pratica a leitura de formação.

Vemos, pois, o que tal posição conserva do modelo religioso que combate. Os discursos escolares definem a verdadeira leitura pelos prazeres que promete àqueles que saberão ser dignos dela, quando tiverem

²⁵ O modelo de escola republicana marcou a história e o formato da rede de ensino francesa, visto que, no período pós revolução, representará a vontade do Estado. É por esses caminhos que a educação torna-se um debate e projeto político (dos homens das luzes).

²⁶ (abra-se espaço para pensar a relação da escola com a busca pela transmissão cultural e edificação de uma literatura nacional).

suficientemente educado seu julgamento e seu gosto, fazendo esforçando-se e confiando na instituição. (p.42)

Da necessidade de especialistas sobre a leitura afirma-se a profissão de bibliotecário à luz da composição e organização das bibliotecas públicas. As bibliotecas municipais ganham atribuições no espaço público e com isso elaboram-se estratégias governamentais para suas edificações, e até mesmo circulação (como os ônibus bibliotecas do século 20), assim como, a profissão de bibliotecário produz discursos sobre a leitura pública. Conforme as bibliotecas passam a se preocupar com o gosto do usuário, a atender a demanda da sua vontade, os bibliotecários passam a tencionar uma postura neutra na procura por apenas atender a demanda. Dentre este movimento, encenado por representações da leitura e do livro, forma-se eixos discursivos para afirmar a procura pela leitura como a necessidade de uma realidade, de uma França escolarizada, onde o acesso ao livro é um meio para driblar a desigualdade cultural, ajustada pela desigualdade econômica, que afasta os cidadãos da leitura. (ANNE-MARIE, HÉBRAD: 2003)

De certa forma, o ramo profissional onde bibliotecários irão se afirmar, e neste movimento afirmar um lugar discursivo sobre a leitura pública, surge na França, num cenário em que é preciso lidar com os problemas do crescimento do nível de alfabetização e à difusão em massa do impresso. Neste cenário a figura do leitor é a do cidadão livre, que escolhe a leitura conforme o seu gosto, com isso, em prol da valorização da liberdade individual e da democracia cultural, estimula-se as práticas de consumo de massa.

Na França a discussão que coloca as bibliotecas como uma continuidade do ensino, portanto, próxima ao trabalho desenvolvido pela

escola, data do século XIX , período governado por Napoleão III, onde Gustave Rouland assume o Ministério da Educação e Assuntos Religiosos e reúne esforços para criação de bibliotecas escolares nas escolas públicas. Os armários bibliotecas, primeiro formato do mobiliário especializado para alocação de livros, surgiu para resolver o problema das “casas de escolas” (salas com quadros negros, penas, papéis e livros que foram criadas pelos municípios para receber alunos, período este em que os valores da alta burguesia impulsionaram o descrédito do direito divino dos monarcas). As “casas escolas” enfrentam problemas com a inabilidade nas práticas de preservar os materiais, por isso, há um investimento na formação de professores e na instalação das bibliotecas escolares. (HÉBRAD, 2009)

Desde então, nos primeiros 10 anos pós Restauração, o discurso promovedor de uma França ligada ao desenvolvimento de uma sociedade científica que acredita no mérito de difundir a cultura costura por meio das intuições de posição, tanto religiosa quanto liberais, empreendimentos de aculturação pela escrita. Se de um lado a igreja concentrada na leitura religiosa (por intermédio do clero) dos bons livros, por outro lado os liberais através de associações filantrópicas e inseridos na esfera pública preocupam-se em estender a alfabetização (principalmente nas cidades) dos cidadãos livres. (HÉBRAD: 2009)

A escola republicana apesar da oposição ideológica à censura clerical manteve em suas práticas e discursos pedagógicos a leitura para formação (moral, cívica e intelectual). Logo, o plano de leitura para formatar a alma, ou seja, da leitura para formação, foi reelaborado com a presença dos bibliotecários no campo de disputa pelo ordenamento das

leituras, trazendo para o debate público a individualização das práticas da leitura. Dessa forma, o modelo de formação não resiste por dois fatores complementares; o primeiro fator se deve a expansão do repertório defendido pelos bibliotecários e posteriormente pelos agentes da mídia, o segundo é a aparição de novos arranjos de experiências compartilhadas como os pasquins, jornais, revistas, magazines, entre outros formatos de texto emergentes.

Nessa direção, as práticas escolarizadas atentam ao ensino dos cânones literários e de outros gêneros discursivos, por isso a leitura “moderna” preocupa-se com a necessidade da leitura, “é preciso ler!”. No entanto, os profissionais da leitura continuam prescrevendo a ausência de um público leitor cativo e buscando estratégias para solucionar os problemas advindos da leitura.

Ocorre, assim, na década de 1960 uma mudança nas pesquisas que investigam o público leitor, que direta e indiretamente irão contribuir para consolidar o modelo moderno de leitura. Sociólogos, antropólogos, psicólogos, historiadores, adentram o campo que até então era predominado pela pedagogia e passam a realizar pesquisas não só das patologias da leitura, mas, dos costumes e modos do ler, análises científicas preocupadas pelo modo de apropriação do escrito, dos gêneros e conteúdo. Destaca-se, neste ínterim de elaboração de novas pesquisas, a presença e consolidação no mercado dos linguistas, especializados nos *gêneros discursivos*, pois, corroboram para instruir a formação leitora a partir da fragmentação dos modelos de texto, e não mais, uma instrução que visa a apreensão da totalidade como prescreve leitura de formação para com a leitura dos cânones literários. A ilusão de que a oferta de livros cria a demanda de leitores permaneceu presente até a década de 1960, onde se constatou a falácia de que um grande grupo de leitores ficaria insatisfeito com a falta de demanda, além disso, o público- que fora alfabetizado- em massa, buscava menos as bibliotecas que seus antecessores. Com a

desilusão dessa pretensão de criar demanda à partir da oferta, revestida do modelo da leitura de formação, e o advento do desenvolvimento tecnológico (que trouxe consigo a e a televisão, - meio de construção de narrativas através do audiovisual), ocorre a constatação das dificuldades do ato da leitura pelos alunos das séries avançadas e também dos adultos, criando na escola uma encruzilhada que converge as preocupações com a leitura (precisa-se salva-la), as reverberações do ensino secundário em massa e a tentativa de igualar as chances de mobilidade social por meio da elevação do nível de qualificação. Ainda segundo a autora: Enfim, a prioridade é dada à formação científica e não mais literária para selecionar as elites. Por isso, os professores de letras, que definiram os objetivos do ensino secundário em torno de um projeto de cultura humanista geral, encontram-se cada vez mais em uma situação ambígua. Enquanto que os alunos de meios populares têm dificuldade em encontrarem no corpus e nas formas de leitura literária, que as análises sociológicas sobre o fracasso colocarem diretamente em causa seus ensinamentos²², seus melhores alunos sonham tomarem-se técnicos superiores ou engenheiros. (CHARTIER, 2003, p.46)

Portanto, a conjuntura que possibilita o discurso contemporâneo sobre a leitura se firma parte do modelo de leitura da cultura de massa na escola é forjado com auxílio do envolvimento da mídia, dos documentaristas e jornalistas que validam o modelo desenhado pelos bibliotecários.

A escola promove um discurso consensual, comentário obrigatório de todas as pesquisas estatísticas, que é consagrado não só a uma contínua lamentação quantitativa (os franceses não leem mais, ou não leem tanto quanto deveriam) e qualitativa (não leem, ou não leem mais, o que deveriam ter lido), como uma aprovação incondicional de tudo o que se faz para “fazer ler”. Desse modo, substituem-se os conflitos entre opções ideológicas contraditórias por concorrências em terrenos de diferentes profissionais. (Anne-Marie; Hébrard, p.588.)

2.2. Crise da leitura

Roger Chartier (2001) chama atenção para o deslocamento dos agentes produtores desses discursos nas diversas configurações históricas e lembra que a escola e o campo educacional, atualmente são os principais *locus* de formação dos discursos, uma vez que a escola é a principal responsável por ensinar a ler, criar e alimentar práticas da leitura (para isso, desenvolve estratégias para alfabetizados e analfabetos). Os universos educacionais expressam a crise da leitura através das reclamações acerca da diminuição das capacidades e práticas da leitura.

Contudo, Chartier, também coloca os editores no centro de produção dos discursos da crise leitura, “porque entre eles se desenvolveu um novo temor, que é aos novos meios de comunicação e ao texto eletrônico como uma ameaça à produção tradicional dos livros” (Chartier, Roger, 2001, p. 26). Nessa direção, pontua dois vieses de reflexões sobre os diagnósticos e queixas do universo editorial; por um lado, retoma a colocação do especialista Umberto Eco: “o livro impresso vai sobreviver para certos usos, e para outros a edição eletrônica vai superar as formas tradicionais” (Chartier, 2001, p. 27) por outro, abre espaço para pensar uma luta de classes entre os editores: quais estariam capacitados para concorrer no novo modelo de editor? De certa maneira, não são todos que conseguem atuar como editor tradicional e ao mesmo tempo editor de textos eletrônicos, pois, tanto a vontade quanto as condições estão distribuídas de forma desigual no mercado.

Aos dois universos, educacional e editorial, que produzem diagnósticos sobre a crise da leitura, o historiador francês, agrega um terceiro ator: “o mundo dos autores, o mundo da cultura literária, que se preocupa, por meio de ensaios ou pesquisas, em estabelecer e situar

maneira correta o que acontece em nosso presente dentre uma perspectiva de longa duração” (Chartier, 2001, p. 27).

Considerando as ponderações delineadas anteriormente sobre o *ler como verbo intransitivo*, o modo de encarar a leitura no mundo contemporâneo, temos a problemática explorada por Anne-Marie e Hébrad que sugere que os discursos sobre a leitura se tornaram, depois da década de 1970, disputas em terrenos de diferentes profissionais. Tais ponderações vão ao encontro dos três universos exposto a partir dos escritos de Roger Chartier, assim, podemos concluir que, engendrada no interior da crise da leitura está a disputa concorrencial dos campos específicos que dialogam (de forma homologa) com os demais, desenhando e reafirmando no imaginário social balizas distintivas das práticas da leitura.

Assim, cabe nos lembrar das contribuições de Pierre Bourdieu (2007) sobre a relação entre poder e cultura, precisamente, quando discorre sobre como a ideologia escolar do “dom” concebe uma função lógica à sociedade moderna. A ideologia do “dom” é apresentada como uma *função de integração lógica*, impõe um consenso moral entre os indivíduos acerca da forma de hierarquização do mundo, uma maneira de reproduzir as caracterizações das classes sociais. Como a concorrência do campo educacional não é uma conspiração deliberada entre as classes dominantes, a ideologia do “dom” corrobora para coerência interna das relações homólogas do campo.

A partir da concorrência interna, se criam estratégias de locomoção que implicam na reprodução de arbitrariedades culturais que vivenciadas formam os *habitus* e, com isso, garantem a permanência dos

distanciamentos culturais das hierarquias. Portanto, as reflexões sobre o exercício da ideologia do dom, elucidam as possibilidades que os discursos têm de se constituir e reafirmar desde que elaborados de formas homólogas entre aqueles que concorrem nos espaços sociais e formam dispositivos das estratégias de locomoção no interior do campo educacional.

As indagações que concluem que a leitura está em perigo sofrem mutações de tempos em tempos, mas permanecem no imaginário social seja pela divulgação na mídia, pelas ações governamentais ou pela organização da sociedade civil. De fato, as representações coletivas da leitura sempre constituíram um vilão que a põem em perigo: a dicotomia entre boas e más leituras (o livro como salvação ou perdição), a televisão e posteriormente a internet (o livro como obsoleto aos usos modernos).

Anne-Marie (2001) nos lembra das pesquisas divulgadas em 1982 que apontam o aumento da compra de livros no meio popular e questiona os discursos que desenham uma crise da leitura. O letrismo não será um fenômeno antigo, que ficou muito tempo oculto, atingindo prioritariamente populações adultas? A pesquisa sobre as práticas culturais dos franceses, divulgada em 1982, não mostra uma frequência aos livros (compras, leitura) sempre crescente no meio popular?

2.3 PROBLEMÁTICA DA CRISE DA LEITURA

A busca pelo reconhecimento de novos leitores produz um incansável objetivo daqueles que no mundo moderno debatem o exercício da democracia, ou seja, o exercício de construir meios e possibilidades de chances iguais em realidades completamente discrepantes e

hierarquicamente posicionadas. O mundo do escrito, não diferente de outras esferas sociais, se apresenta composto de assimetrias onde seus interlocutores utilizam de categorias e diagnósticos para discorrer sobre ele.

Nessa direção, o *iletrismo*, como indaga Anne-Marie, é um fenômeno antigo que sofre transfigurações, mas sempre reafirma e pontua os problemas do mundo do escrito. Se no século 19 o problema consistia no baixo número de alfabetizados, no final do século 20 o problema é o grande número de alfabetizados que apresentam dificuldades com a leitura (conhecidos no Brasil como os *analfabetos funcionais*).

A preocupação com a leitura permanece e é embalada pelo contexto do aperfeiçoamento tecnológico que possibilita cada vez mais a ampliação da circulação do livro, seja qual for o poder atribuído a este objeto cultural, há um crescente consumo que o coloca no centro dos debates sobre a democracia.

Mollier (2016) escreve sobre como a circulação dos romances afeta as perspectivas das fronteiras democráticas. Rememorando os escritos de Nobeit Elias sobre o poder civilizatório, os costumes e os hábitos, numa análise sobre a modernidade que tem a leitura num lugar central dos dispositivos que afetam fortemente a vida em sociedade. Um dos exemplos utilizados pelo autor para situar o leitor na profundidade que o escrito possui no advento da modernidade, diz respeito, a uma observação de diversos historiadores dos séculos XVI e XVII, que, “após Robert Munchembled, veem na introdução cada vez maior dos livros no campo o índice de destruição em curso da comunidade camponesa”. (Mollier, 2016. P.229)

Contudo, apesar da tensão vivida a partir da centralidade da leitura no cotidiano, que a atribui um valor, e com isso, desenha mitos em torno da literatura que podem corresponder tanto salutar quanto pernicioso. A concorrência para designar a “verdadeira literatura” continua centrada nas disputas específicas do campo. Dessa maneira, os séculos se passam e os leitores continuam precisando dos mediadores responsáveis pela transmissão cultural.

Se as cifras atingidas por um romance não o atestam, evidentemente, suas qualidades intrínsecas, o sucesso dos *Misérables* de Victor Hugo, de *Germinal* e de *Nana* de Emile Zola, de *Lolita* de Vladimir Nabokov ou de *On the Road* de Jack Kerouac não altera em nada seu conteúdo, o que nos obriga a admitir que a democracia não modificou profundamente a capacidade dos escritores autênticos de emocionar seu público e de fazer ler suas obras. (Mollier, 2016. Pp.244)

Para Lahire (2008), o *iletrismo* protagonizou um lugar comum discursivo de inúmeros problemas sociais e uma categoria de percepção do mundo social- que está largamente fixado em fantasmas sociais. Como se a leitura, revestida de capital cultural, pudesse impulsionar a humanidade por processos civilizatórios ao ápice do bom senso. Sendo o livro, o principal, vetor desse processo

La fantástica promoción de un problema como el “iletrismo” aparece, así, como un síntoma, entre otros, de esta nueva centralidad de la cultura (esencialmente literaria o libresca) en la percepción del mundo social y sus problemas. Intenté, a lo largo de esta conferencia, recordar que del “iletrismo”, fact de “exclusión” o un problema entre otros, hemos pasado históricamente al “iletrismo” fuerte, causa, símbolo o forma suprema de la “exclusión”.

Esta inflexión del discurso, que puede observarse desde el origen en el interior mismo del movimiento ATD Quart Monde, se difundirá muy ampliamente hacia el exterior y estará acompañado y magnificado por intelectuales (ensayistas, filósofos, lingüistas, profesionales de la cultura...) que hacen de la falta de lectura o de las dificultades en la escritura el colmo de la miseria humana. (LAHIRE, 2008, p. 23)

Agregado à denominação dos iletrados estão vinculadas uma variedade de características que afirmam a incapacidade deles de viver os conflitos do mundo social (“a impossibilidade de escolher seu próprio futuro”, “organizar seu pensamento”, “controlar seu entorno”, “ausentar dos sentidos da vida”). (LAHIRE, 2008).

Em outras palavras, o termo iletrismo carrega o valor da miséria humana, constantemente, maquiado de símbolo supremo da forma de exclusão social, já que, sem o domínio do escrito nada pode a pessoa conquistar nas medidas posta no e pelo mundo social.

O sistema escolar tem papel fundamental na consagração dessas marcas sociais distintivas. As balizas escolares caracterizam as pessoas dentro e fora do percurso escolar autenticando as marcas do horizonte ideal, sempre circunscrito pelo escrito, ao projetar aquilo que deve ser vivido e colocar a distância entre aqueles que vivenciam. Isso ocorre, através do movimento de julgar todos pelas mesmas medidas, autenticadas pelo sistema escolar. Uma vez que a escola (re)produz a cultura dominante, aqueles que não dominam a escrita são colocados na zona periférica e degradante dos espaços sociais. Lahire (2008) lembra da ponderação do sociólogo Erving Goffman: “por definição pensamos que as pessoas estigmatizadas não são de todo humano”.

As características de inferioridade perante ao outro, amplamente difundidas pela dicotomia letrado X iletrados, borram os contornos em torno dos iletrados através dos degradantes consensos aplicados. Nessa direção, apoiar a conquista da humanidade plena por meio da leitura e em especial da literatura através do livro, corrobora para presunção que os iletrados possuem poucas possibilidades de atingi-la e concretiza a exclusão e invisibilidade dessas pessoas como pertencentes ao “reino humano”. Com isso, podemos tencionar a reflexão acerca do etnocentrismo cultural desenhado pelos estigmas sob os iletrados, pois, os limites da excelência (uma forma de dizer o que deve ser vivido) sempre excluem uma fração de pessoas. Principalmente, pelo fato que os mesmos não conseguem se autodenominar “letrados”, já que está categoria não se baseia em autoafirmação e sim através da posição que ocupa nos espaços sociais.

Lahire (2008), chama atenção para a construção pública do iletrismo como um problema social e questiona os caminhos que o aproximam da concepção de fracasso escolar. Dessa maneira, esboça como o discurso sob os iletrados é naturalizado, cristalizando um mito sobre suas características e que, por vezes, estigmatizam seus efeitos. Precisamente, ao esboçar a prodigiosa promoção de um problema como “iletrismo”, o percebe, presente dentre outros, reflexo da centralidade da cultura que modula a percepção de mundo e dos problemas sociais com ênfase na leitura (e principalmente nos efeitos do livro e da literatura).

Existe una demagogia y exageración -¿quién podría racionalmente refutarlo?- en estas descripciones de la vida de los unos y de la casi no-vida de los otros. Pero no es para nada sorprendente si se considera que estas descripciones son las de una cartografía simbólica y no de

una situación real. Se trata de una pequeña mitología de los dominantes sobre el tema de la vida que merece servivida, de la existencia realizada. (Lahire, 2009. Pp. 21)

Assim, direcionar as reflexões a partir do estranhamento ao discurso do livro enquanto meio para democratização cultural esbarra na indagação de Lahire (2008) no final do artigo sobre o iletrismo: o que perdemos ao falar do mundo social desta maneira?

CAPÍTULO 3: SOBRE O CAMPO- PROJETO FLORIPA LETRADA

3.1. DEPOIS DAS PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Depois de trazer na introdução um breve relato sobre o funcionamento do projeto, cabe aqui adentrar nas relações que o fizeram sair do papel e permanecer nos terminais de ônibus ao longo de sete anos. A narrativa que será exposta foi criada através da observação participante, no tempo em que estagiei no projeto e em visitas posteriores, e por meio de entrevistas com os funcionários envolvidos com o projeto.

Por se tratar de um projeto que ocorre dentro de uma instituição, optei por construir uma narrativa borrando as personalidades porque entende-se que as ações são organizadas por normativas onde a agencia pessoal possui margem de ação a partir do lugar que ocupa na instituição. Quero dizer com isso que, procurei ponderar na narrativa a trajetória do projeto sem enunciar quem é o informante direto com a intenção de preservar as relações de trabalho(s) postas no espaço observado e não deixar escapar o que nos interessa com a pesquisa, que é refletir sobre a presença do livro na sociedade e a leitura enquanto uma prática cultural.

O projeto iniciou em 2010 mobilizando vários agentes de secretaria municipal de educação, em específico o gabinete do secretário de educação que mobilizou os recursos para o projeto. Desde o início, a possibilidade de organizar um projeto com baixo custo e grande retorno social estava presente na ideia do projeto.

Uma primeira questão que se coloca aqui é como posso afirmar essa relação de interesse- baixo custo *versus* retorno social. Falar do baixo custo é explorar as condições objetivas presente no momento em que se

formula o projeto e, posteriormente, como possibilitam sua manutenção. Falar de retorno social é explorar as representações compartilhadas sobre o livro e a leitura, entendendo o movimento de consagração inerente aos objetos culturais e as marcas distintivas nas e pelas práticas sociais, no caso, a leitura.

Os primeiros movimentos institucionais do projeto permearam as relações entre os funcionários. Como mencionado, na formulação do acervo e na inserção do projeto no quadro administrativo. O quadro administrativo da Prefeitura Municipal de Florianópolis, tem uma característica agrupar representantes do governo em vigor. Conforme muda o governo, mudam os funcionários, afinal muitas das atividades são administradas por cargos de confiança (CC), como o Secretário de Educação e todos os seus vinculados pelo *gabinete*, salvo alguns funcionários que exercem atividades a partir de concurso público. Podemos pensar que o contexto institucional que dá origem ao projeto é pautado por um projeto governamental que coloca agentes em posições de tomadas de decisões.

Assim, em 2010, no governo do Dário Berger (PMDB), com o Secretário de educação Rodolpho Pinto da Luz e suas assessoras Sidneya Gaspar de Oliveira, Sueli Amália de Andrade e Maria José Brandão, foi possível articular recursos para a consolidação do projeto²⁷.

Os primeiros rabiscos do projeto ocorreram em 2008, quando depois de algumas viagens por cidades com projetos de circulação de livros nos terminais de ônibus, cidades estas que são reconhecidas pelos

²⁷ É possível acompanhar o quadro administrativo pelo site:
<<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?pagina=govquem>

seus *circuits* culturais, a Secretária Adjunta Maria José demonstrou interesse em articular os primeiros passos para elaboração do projeto que veio a ser o Floripa Letrada.

Os primeiros passos consistiram em achar uma sala para receber o futuro acervo itinerante e uma coordenadoria para orquestrar e estruturar o projeto, ou seja, definir como seria composto o projeto e de que forma seriam encaminhados os livros até os terminais urbanos. O projeto precisava também de uma sala para receber as doações, até mesmo porque, à partir da elaboração da ideia dar-se-ia início à arrecadação de materiais entre funcionários do gabinete e amigos próximos.

Em de 2008 a socióloga da prefeitura, Rosânia Tomaz, egressa da Fundação Cultural Franklin Cascaes (FCFFC) e integra o quadro administrativo da Secretaria Municipal de Educação fazendo o trabalho de alinhar a força política com possibilidades práticas. Para isso, pesquisa durante um ano estratégias e elabora o projeto Floripa Letrada. Foi nesse período e com a articulação dos funcionários do gabinete do Secretário de Educação que se moldou a forma do projeto. Sem pesar na folha de pagamento, todo investimento partiu de recursos já disponíveis, visto que a coordenadora do projeto já integrava o quadro de funcionários, ou seja, não foi preciso mover nenhuma gratificação ou arrolar algum cargo. Além disso, o local para o projeto foi disponibilizado a partir de uma estrutura já vigente, não foi preciso construir, apenas alocar e adaptar os lugares (o projeto em sua existência passou por três salas, as implicações dessas mudanças serão discutidas posteriormente). Portanto, os dois passos iniciais para o projeto começar a se organizar sucederam de maneira que mesclou o boca-a-boca, ou seja, as relações pessoais, com as

possibilidades institucionais. Desse movimento fica perceptível que a maleabilidade perpassa o não-investimento financeiro por parte da Prefeitura.

A continuação desse movimento reverbera na prática de todas as outras ações, toda forma de constituição de acervo é pensada por meio de doações, assim como os livros, as estantes nos terminais também foram doação, o traslado dos materiais, foi feito graças as brechas na agenda do carro da Secretaria Municipal de Educação (SME), e o custo dos materiais de divulgação foi feito com a verba obtida com o apoio da COTISA.

O Floripa Letrada foi se consolidando dentro da estrutura da SME sem gerar novos custos, sem mobilizar novos meios e isso foi possível porque sempre contou com o pano de fundo da distribuição de livros como um meio de democratização da cultura, uma bandeira política que abriu portas e diminuiu empecilhos. Afinal, quem pode se colocar contra a leitura? Se tem estrutura (leia-se modos de custear), por que não?

3.1.1. IMPOSSÍVEL AGRADAR À GREGOS E TROIANOS

O pano de fundo da necessidade de uma “democratização da cultura”, da obrigação política de criar estratégias de igualdade²⁸ aos bens culturais e desenvolver formas “corretas” de usa-los, não é suficientemente concreto para que a operacionalização do Projeto não seja refutada ou experimente uma desaprovação.

²⁸ Não cabe, aqui, desenvolver o conceito de igualde, apenas reafirmar o seu uso ingênuo quando comparado a ideia de equidade. O que são chances iguais? Porque criar caminhos iguais, se partimos de pontos diferentes,

Algumas questões se colocam a partir da imaginação de um público (que precisa ler, que carece de uma necessidade cultural) é: Para quem é o livro? Quais usos serão feitos? Como induzir o uso correto? Se o livro é para todos, encontra-se um possível problema: nem todos conseguem dar uma “boa” finalidade para o seu uso. Se o livro está à disposição de todos, está para os não leitores, para aqueles que não o usarão de forma correta, que podem coloca-los para reciclagem ou transforma-los em recorte. Se o livro é para todos, como garantir que continuam circulando depois lidos? Em alguns momentos essas questões conduziram argumentos contra o projeto no seu espaço de atuação, tanto nos pormenores institucionais quanto nos transeuntes dos terminais. Dentro da instituição, em períodos de remodelagem do projeto, ou seja, momentos em que sua forma estava vulnerável à mudanças, a questão do controle do livro esteve presente a fim de direcionar uma resposta a estas questões. Para muitos se o Floripa Letrada visava ser uma ponte de acesso ao livro e um meio de fomentar a leitura, precisava garantir que o livro não perdesse a função de transportar conhecimento. Um livro achado nas estantes do projeto não poderia ter outra função que não a leitura e a permanente circulação.

Nessa direção, o projeto assumiu algumas atitudes atravessadas por estes questionamentos. Passou a carimbar todos os materiais com os dizeres “não pode ser vendido” e “Floripa letrada a palavra em movimento” e mudou a forma de catalogar. Se por um tempo houve a necessidade de registrar por título, autor, editora e gênero discursivo, após alguns questionamentos percebeu-se que fazer o registro dava margem para problematizar qual o público atingido e colocando em dúvida a

finalidade do projeto. Parar com o registro foi um novo formato que o projeto assumiu no intuito de diminuir as tarefas e justificar (internamente) uma prática que não censure através da escolha os materiais que chegam nos terminais.

Ainda, na relação com o transporte utilizado para transladar os livros é possível ponderar alguns conflitos institucionais com o projeto, que fogem dos questionamentos sobre a sua finalidade, contudo, reitera o movimento de cristalização pautado nas relações entre os agentes. A disponibilidade do carro da SME, usado nos horários vagos, (os horários são organizados pelo departamento de logística também localizado no prédio da Centro Educação Continuada), dependia praticamente do relacionamento entre os funcionários. Obviamente que se tem uma certa “ordem” para que o carro seja utilizado, mesmo que não exista o registro de uma normativa, assim, muitas vezes, os materiais deixaram de ser transladados por indisposições entre os funcionários.

Voltando às questões sobre a finalidade do projeto de colocar o livro e outros materiais à disposição da população, afim de incentivar a leitura e construir um caminho para a democratização cultural, agora, sob a ótica dos transeuntes, partindo da experiência de contato no momento de abastecer as estantes, podemos destacar os inúmeros encontros que trouxeram a questão da necessidade de uma barreira, no estilo de uma grade ou parede de vidro, em que o livro só saísse mediante um cadastro. Para muitos transeuntes, se o livro é para todos, para estar em circulação, deveria existir um controle que forçasse o seu retorno para os terminais. Suponha-se que dessa maneira aumentaria as chances de os transeuntes encontrarem um livro de sua apreciação, já que a maioria pode ser

desinteressante, dependendo dos gostos e das necessidades de quem os apanha. Tomar para si enquanto posse, em muitos diálogos foi colocado como uma ação que não condiz com o projeto, e sempre vieram agregados à conselhos e ideias para se criar formas de controle para evitar os maus usos.

Algumas contribuições de Bourdieu podem nos auxiliar a pensar para o que é o livro, quais são seus usos, como usá-lo corretamente, questões que mobilizaram em vários momentos os agentes acerca do projeto e suas finalidades. Nessa direção, cabe rememorar o conceito de *capital cultural*, de Bourdieu (2015).

Primeiramente, para nos lembrar que o capital cultural existe sob três formas:

1) no *estado incorporado*, sob forma de posições duráveis no organismo;

2) no *estado objetivado*, na forma de bens materiais (livros, quadros, máquinas), com ressalva que a incorporação perpassa a lógica do capital incorporado;

3) no *estado institucionalizado*, expressado por títulos e certificados escolares. Sua acumulação inicial "começa desde a origem, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias dotadas de um forte capital cultural" (Bourdieu, 1979, p. 76).

Em seguida, para pontuar que quando forjado pelo sociólogo, o conceito de *capital cultural*, estabeleceu-se como um pressuposto para desmistificar a ideia de que o talento, o dom inerente ao indivíduo, é responsável pelos ganhos no mercado escolar, ou seja, pelo *sucesso escolar* ou, ao contrário, a ausência do talento, responsável pelo *fracasso*.

Assim, desmistifica, porque associa os benefícios que o sujeito pode adquirir no mercado escolar à distribuição do capital escolar entre as frações de classe. (BOURDIEU:2015)

Na aquisição dos três estados do capital cultural, cada fração de classe cria estratégias de forma diferente, conforme o seu *habitus*²⁹ (o *habitus*, enquanto instrumento conceitual corrobora para entendermos que as ações e atitudes partem de disposições adquiridas de forma orientada pelo meio em que se vive, sem que isso expresse uma busca consciente pelos fins).

Tendo em vista que as representações sociais guiaram as tomadas de decisões nas estratégias de aquisição dos capitais culturais, podemos não estranhar o fato da posse do livro aparecer com tanta frequência e de formas tão diferentes. Ora, o importante é levar o livro para casa, quase que “ganha-lo da estante”. Ora, o livro precisa ser lido e circular “livremente”. Também, perceber que num contexto cultural em que o ler é considerado uma ação indiscriminadamente positiva, textos que não são feitos para serem lidos nesse contexto (possuem marcas de um leitor ideal, são meramente informativos) como bula de remédio e manual de instrução podem, ao estar na estante, chamar a atenção e o desejo de algum leitor.

Nesta investigação, não coube identificar e apontar traços dos *hábitus* dos leitores, porém cabe apontar que as experiências são

²⁹ A noção de *habitus* conforme possibilita articular a influência externas de socialização (posição social), permite analisar as influências circunstanciais na formação cultural dos indivíduos e na construção de suas subjetividades. (BOURDIEU, 2007)

condicionadas pela posição no espaço social que ocupam. E é isso que influencia, a formulação das diversas representações e disputas para responder as questões: Para quem é o livro? Quais usos serão feitos? Como induzir o uso correto? O que merece ser lido? Que tipo de livro? Que tipo de leitura é boa ou má?

3.1.2. TRANSFORMAÇÕES & REORGANIZAÇÃO (DO PROJETO)

Durante os sete anos de atuação, o Projeto, passou pela administração de três governos, Dário Berger (2010-2012), Cesar Souza Jr (2013-2016), Jean Loureiro (2017 até o momento da elaboração desta pesquisa). Nas mudanças de governos, com a alteração do quadro administrativo, o Projeto passou por transformações e reorganizações, uma delas foi a mudança de sala, eram duas no período de atuação do Projeto. Um ano depois de sua inauguração o Projeto sai da sala alocada no prédio da prefeitura, próxima ao gabinete do secretário, e se instala no CEC, uma sala maior de tamanho que possibilita receber e armazenar mais livros. Nesse período o projeto inicia sua relação com as escolas municipais que passam encaminhar os livros didáticos que não foram distribuídos durante o ano letivo. A maior parte de material doado provém das escolas e são os livros didáticos.

Esse movimento é aparado pela Portaria nº 043/2011 (ver, anexo I), publicada no dia 04 de abril de 2011, que se refere aos procedimentos para conservação e descarte dos livros didáticos. Precisamente o artigo 8º da Portaria permite que os livros sejam doados ao Projeto, mas somente,

aqueles que não são considerados irrecuperáveis ou desatualizados, ou seja, livros novos e com poucas marcas de usos.

Art. 8º. Os livros didáticos, com mais de 03 (três) anos de uso, não classificados como irrecuperáveis ou desatualizados, após avaliação da Comissão Gestora do Descarte de Livros, serão doados sem encargo, prioritariamente, ao Projeto Floripa Letrada, para que funcionem como instrumento de pesquisa.

São considerados livros desatualizados aqueles que pertencem a remessa anterior do PNLD, uma vez que, o governo federal distribui livros didáticos de três em três anos e cada remessa passa por uma comissão de edição e atualização, o livro que pertence ao plano do programa anterior é considerado desatualizado. Por isso, é possível encontrar nas estantes do Projeto livros didáticos que poderiam estar na escola, todavia, por algum motivo são considerados excedentes, não distribuídos para os alunos e encaminhados para o Projeto. Além disso, muitas vezes, a falta de espaço adequado para a conservação dos livros nas escolas corrobora para a doação ao Projeto.

Chama atenção na Portaria a indicação de uma Comissão Gestora para Descarte dos livros.

Art. 7º Deverá ser instruída, nas unidades escolares, uma Comissão Gestora para Descartes de Livros a ser composta por 03 (três) servidores, sendo 02 (dois) docentes e 01 (um) bibliotecário, integrantes da unidade escolar designados pelo respectivo diretor, especificamente para a realização das avaliações previstas na presente Portaria

§3º Os membros da Comissão Gestora do Descarte de Livros exercerão função não remunerada de interesse público.

Apesar da Comissão existir no papel, nunca percebi a presença dela nos contatos com o Projeto, dos processos que acompanhei, os contatos aconteciam entre os funcionários da direção escolar e a

coordenação do Projeto. Sem querer determinar como ocorrem essas relações, mas indicar possíveis vieses de reflexão, é possível destacar algumas questões estruturantes.

A não remuneração dessa atividade significa que os responsáveis irão agregar uma função a mais aos seus cargos sem nenhuma gratificação, o que pode conduzir a uma dificuldade à direção de organizar a Comissão. Outra questão é a indicação do bibliotecário para a sua composição, muitas escolas não possuem bibliotecas e muito menos bibliotecários. Nesses casos a representação ficaria a cargo do Departamento de Bibliotecas do Município, o que implica em outras dinâmicas de organização da Escola pelo fato do membro estar distante do espaço escolar, ocasionando em outras dificuldades de ser estabelecida, como por exemplo, a distância e horários em comum.

Em 2017, o projeto teve a sua segunda mudança de sala, passando para o seu terceiro e atual espaço, ainda no prédio da CEC, porém no andar de baixo, em uma sala menor e menos visível, já que a anterior tinha uma posição de destaque, por ser a primeira sala a ser vista ao entrar no prédio. Ocorreu que, um novo programa governamental deslocou o posicionamento da sala, e do projeto, no organograma da prefeitura, deixando este de estar vinculado ao gabinete do Secretário de Educação para tornar-se responsabilidade do Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias³⁰.

³⁰ O diário oficial, publica no dia 10 de abril de 2017, a Portaria N°60/2017, que determina a relocação do Projeto no organograma da Prefeitura, que define as atribuições do Departamento de Bibliotecas Escolares, vinculado à Diretoria de Educação Fundamental. (Ver, anexo II).

Nesse movimento uma outra sala é criada, uma sala para o armazenamento dos livros didáticos. Até este momento, o Projeto, fazia o meio de campo entre as escolas, recebendo o que excedia de uma e encaminhando para outra, muitas vezes os livros novos eram destinados aos terminais de ônibus. Nessa nova composição do organograma, o *reservatório* guardava os novos livros didáticos e o Floripa Letrada, os usados.

Depois que ocorreu a troca do encargo do Projeto não houve a publicação de uma nova normativa sobre a conservação e descartes dos livros didáticos, principal material disposto pelas estantes do Floripa Letrada. Assim, permanecendo porém a antiga Portaria (Nº 043/2011) com a troca dos laços institucionais e a criação do reservatório³¹, o Projeto, passou a receber somente os livros didáticos usados e os desatualizados indo de encontro com as disposições da Portaria. E, de certa forma, diminuindo o fluxo de abastecimento das estantes. Além disso, a troca de incumbência no organograma coincidiu com a aposentadoria da socióloga Rosânia, agora excoordenadora do Projeto, que afetou diretamente o seu fluxo e funcionamento.

3.2. DIGRESSÕES

O que é um livro?

Partir desse questionamento nos aproxima de um viés analítico guiado por Roger Chartier para atravessar questões que se sobressaíram da observação do campo, do projeto Floripa Letrada. Aprender à partir da observação os questionamentos emergentes sobre o que merece ser

³¹ Reservatório é uma sala destinada a alocação dos livros didáticos.

lido e como deve ser lido, nos coloca a reflexão das dimensões do livro na sociedade e a leitura enquanto uma prática cultural.

Roger Chartier (2010) retoma a distinção elaborada por Immanuel Kant, em 1796, no livro “Doutrina do Direito” em que o filósofo apresenta uma dupla dimensão do livro, uma material e outra discursiva. Tal distinção, retrata o livro como um objeto material, que é possível de ser posse de alguém, e o livro como destinado a um público, que mantém o domínio³² autoral e só pode ser distribuído por aqueles que são seus procuradores.

Essa dualidade como ponto de partida dá base para inúmeras pesquisas que no passar da história do impresso irão desenvolver metáforas de alusão ao livro como um ser humano, possuidor de um corpo e uma entidade humana. Nessa direção, se pondera o paradoxo fundador da propriedade literária, que consiste em pensar que a literatura possui um fundamento imprescritível, no entanto, transmissível. (CHARTIER: 2010)

Os critérios da propriedade literária foram reformulados inúmeras vezes em torno da separação entre a materialidade e o texto, colocando o texto como algo imaterial, existente independente da sua forma física.

Trazendo essa indagação (o que é um livro?) para tencionar uma reflexão sobre o que deve ser lido, que tipo de livro e qual leitura devem-se fazer presentes nas percepções sobre o projeto, podemos direcionar nossa apreensão sobre campo na seguinte direção: O formato do Floripa Letrada acaba por arrecadar um conjunto variado de tipos de texto como

³² Domínio no sentido de propriedade autoral.

romances, quadrinhos, revistas, magazines, bulas, dicionários, livros didáticos, apostilas, manuais técnicos, enciclopédias, entre outros. Dentre os mais diversos tipos, à partir da propriedade literária instaurada na materialidade, podemos separar os que são feitos para serem lidos e os que não são, ou seja, uma divisão entre textos literários e textos técnicos-informativos. Há aqueles textos que possuem o caráter atemporal (como os romances, quadrinhos, poesias, contos, crônicas, charges.) e aqueles efêmeros (como bulas, manuais técnicos).

O projeto busca pôr em circulação todos os gêneros discursivos presentes, mas a leitura é uma prática cultural. Assim que um texto é lido, atribuem-se a ele marcadores sociais, que expressam uma relação do texto com a sua materialidade num contexto social e político em que este esteja inserido. Nem tudo o que chega às estantes é reconhecido como merecedor de estar lá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre as representações da leitura a partir do Projeto Floripa Letrada possibilitou refletir sobre a centralidade da leitura na sociedade contemporânea. Ainda que, limitado pelas condições da análise, trouxe pistas para reconhecermos a leitura como uma forma de consumo cultural, na qual seus efeitos consolidam mais do que formas de ler, produzem características e margens de visões de mundo.

A leitura como uma preocupação cultural traz uma reflexão sobre a construção da leitura como uma necessidade para viver no mundo moderno, e em decorrência dessa formulação, características embasadas na ideia de capital humano se apresentam como eixo discursivo sobre possíveis problemas da sua ausência/falta, como, por exemplo, a questão do *iletrismo* (Lahire).

Dessa forma, o ato de ler extrapola as questões de decodificação na relação do ator com o texto, pois, constitui de formas de caracterizar os leitores. As formas, são balizas sociais que aproximam ou distanciam daquilo que é esperado do texto. Todo texto pressupõe um leitor, que se apropriará a partir das ferramentas do lugar que ocupa nas frações de classe. Roger Chartier (2008) aponta as transformações nos textos, no caso da *biblioteca azul*, que tiveram parágrafos encurtados quando a circulação do livro passou a atingir um maior número de leitores que fogem à margem da erudição capaz de gostar dos longos parágrafos.

O Projeto considerou, por muito tempo, que os terminais de ônibus eram um bom destino para o excedente dos livros didáticos, indicando o uso da pesquisa³³ como tal finalidade. Quem utiliza os livros

³³ Ver portaria 043/2011.

didáticos como fonte de pesquisa? Quem são esses leitores? Quais são as balizas que os constitui?

Certamente não são os pesquisadores universitários, uma vez que, a biblioteca é o destino para o livro como fonte de pesquisa. Também, como fonte de pesquisa, alguns exemplares são suficientes para montar um acervo, ao invés, da manutenção constante da reposição dos livros nas estantes. Esse movimento de colocar os livros didáticos à disposição de um público nos terminais, visa uma fração de classe que é imaginada distante das ferramentas de apropriação das informações/conhecimento. Além disso, perpassa o discurso de democratização da cultura quando reforça constantemente a necessidade da transmissão cultural via apropriação do livro.

Percorrer as ações governamentais sobre a leitura possibilitou destacar que os esforços reúnem estratégia que visam possibilitar o acesso ao livro como meio de fomentar a leitura. O que mais parece construir uma roupagem para o livro como objeto cultural, fazendo da vestimenta parte dos processos de consagração, de valorização da crença do objeto cultural, do que uma ação afetiva de estímulo à leitura. Ainda, não estaríamos criando nenhuma fantasia ao apontar que o livro didático é encarando como principal vetor da transmissão cultural nos aspectos desses programas acerca das representações da leitura. Talvez, um caminho para criar ações efetivas deva abandonar a pergunta “quem lê” e partir do questionamento “quem pode ler”.

Por isso, as reflexões embasadas nas teorias da ciência política, que perpassam a elaboração das políticas públicas, chamam atenção para a concepção da *caixa preta*: lugar incerto onde repousam as problemáticas

sociais que se desdobram nos fios a serem costurados como ações governamentais ou privadas no tecido social. Nessa direção, fica o questionamento de como as problemáticas são apreendidas. Seria a pesquisa *Retratos do Brasil* suficiente para pensar as ações referente a leitura? O que nos leva a questionar, que uma vez apontados os problemas da ausência do ato de ler como um problema cultural, que remete a ausência do capital cultural, e por vezes, do capital humano, se a capacidade de constituir acervos, de criar meios de acesso ao livro, é suficiente para resolver os problemas apontados (problemas, estes, que levam a elaboração dessas ações).

Se as ações governamentais partem da constatação de problemas sociais, podemos considerar que ao falarmos de uma Floripa Letrada estamos falando de uma Floripa *Desletrada*? Na existência desse projeto sobre a leitura há ponderações constituídas no imaginário social de uma Floripa que necessita ler. Além disso, a existência do Projeto é marcado pelo valor estritamente positivo do ler, como Anne Marie nos lembra da concepção do ler como verbo intransitivo.

Ainda cabe lembrar o que Lahire (2008) questiona sobre a leitura como um problema cultural: o que perdemos ao falar do mundo social desta maneira?

Analisar a operacionalização do Projeto, possibilitou averiguar que as representações da leitura, as marcas que possui no imaginário social, mobilizam os agentes para sua realização. O Projeto surge e se mantém a partir de uma conjuntura política favorável e não precisamente como forma de resolver um problema social, porém, através de um reconhecimento da importância da leitura.

Bem como, a análise, abriu espaço para pensarmos os usos do livro, com isso, apontar que a não leitura do livro também constitui um uso, fundamentalmente relacionado ao seu aspecto objetificado do capital cultural. O que nos faz lembrar que a leitura como qualquer outra prática pode ser pensada como uma prática de consumo, uma forma de apropriação, de criar sentido, variando conforme a possibilidade de se apropriar dos bens culturais distribuídos de forma desigual.

Além disso, numa tentativa de direcionar a problemática acerca da dupla dimensão do livro- discursiva e material- pode-se concluir que os critérios da operacionalização, elaborados a partir das representações da leitura, atendem a necessidade do Projeto de preencher as estantes com número, considerando que todo texto é passível ao ato de ler. Não são os livros que são contabilizados, mas as caixas.

Dito isso, convém pontuar que os direcionamentos da pesquisa seguiram caminhos diferentes dos que foram traçados inicialmente. No projeto da pesquisa a intenção era analisar as práticas de leitura seguindo um caminho apontado por Chartier e Bourdieu³⁴ que consiste em investigar a difusão e circulação dos livros para pensar as relações entre a materialidade dos textos e os leitores, com isso apreender modos de uso dos textos dando atenção à história oral dos pré-saberes que não se difundem pela leitura, porém que a orientam.

Não foi possível seguir a abordagem inicial em decorrência das características do campo empírico, uma vez que o acervo constituído não passa por critérios de seleção (exclusão), e sim, pelo reconhecimento da

³⁴ No diálogo inscrito no capítulo *Leitura: uma prática cultural*, compilado no livro *Práticas da Leitura*.

importância da leitura. Essa via de análise, na qual não foi seguida, caberia para pensar as práticas de leitura dos intelectuais, por exemplo, trazendo questões para sobre o movimento dos campos que nós pesquisadores, sociólogos, estamos inseridos. Portanto, chegando ao final, entendo que há direções que ainda não foram seguidas para pensar as práticas da leitura em nossa contemporaneidade e que merecem a atenção dos pesquisadores, pois, ao reconhecermos os pré-saberes instaurados em nossas práticas podemos evitar erros em consequência das generalizações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S.; MEDEIROS, V. S. - **Breve Panorama das Políticas Públicas para a Leitura no Brasil**. Anais do I Simpósio de Linguística, Literatura e Ensino do Tocantins. Novembro de 2013 – UFT/Araguaína – TO.

ARAUJO L.: “Modelos de Análise das Políticas Públicas” em Sociologia: problemas e práticas n° 83, 2017, pp.11-35.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 5ª edição. 1999.

_____. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. **Escritos da Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org.) 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRAD, Jean. **Discursos sobre a leitura (1890-1990)**. São Paulo: Ed Ática, 1995

_____, **A invenção do cotidiano: uma leitura, usos**. Revista Projeto História. São Paulo, 1998. P. 29-44

CHARTIER, Anne-Marie. **Os modos contraditórios da leitura entre formação e consumo. Da alfabetização à cultura de massa**. Tradução de Maria Helena Câmara Bastos. História da educação. ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas (13): 35-49, abr. 2003.

CHARTIER, Roger. **Práticas da Leitura**, São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

_____. **Leituras e leitores na França no Antigo Regime**. Ed. UNESP. 2004

_____, **Roger. Formas e Sentido**. Cultura Escrita: Entre a distinção e a apropriação. Campinas: Ed. Mercado de Letras, 2003.

_____. **Textos, impressão, leituras**. In: HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211-238.

_____. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2 ed: DIFEL- difusão editorial S.A,2002.

MOLIER, Jean-Yves. **Para uma abordagem transnacional do livro e da edição**. In.: Livro, leitura e leitor: perspectiva histórica/ Samuel Luis Valázquez Catellanos, Cesar Augusto Castro (organizadores). São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2016.

_____. **Romance, democracia e cultura de massa na Europa do século XIX**. In.: Livro, leitura e leitor: perspectiva histórica/ Samuel Luis Valázquez Catellanos, Cesar Augusto Castro (organizadores). São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2016.

LAHIRE, Bernard. **El “Iletrismo” o el mundo social desde la cultura.** Archivos de Ciencias de la Educación. Buenos Aires, año 2, no 2, pp. 11-24, 2008.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas, Coletânea.** Volume 1, 2007.

SECCHI, L. **Políticas públicas. Conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** SP: Cengage Learning, 2010.

SIDINEY A. C. & BEZERRA N. L.: **Políticas públicas/estatais: contribuição para o Estudo da relação estado-sociedade.** IN: Acta Scientiarum v. 38, n° 2, pp 165-172, Maringá: 2016.

SOUZA, C: **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, 8(16), p. 20-45, 2016.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros.** Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ANEXOS

ANEXOS 1: PORTARIA DOS LIVROS DIDÁTICOS (Nº 043/2011)

Brandão, Presidente, Eli Terezinha Januário, Marta Damásio dos Santos Silva, Sonia Beatriz Dauge e Walter de Luca, reuniu-se, em 03/02/2011. Nessa reunião, tendo como pontos de pauta: cronograma de atividades; Horário de atendimentos e Espaço físico adequado aos atendimentos dos servidores Públicos Municipais, em Licença para Tratamento de Saúde – LTS – e ou de Saúde de Familiares – LTF –, encaminhados pelos Médicos Peritos ou Gerências, foi definido seu cronograma de trabalho para o ano, estabelecendo a sistemática de suas reuniões, assim determinada: semanalmente, às segundas-feiras, no período vespertino. Foi definido ainda, que os atendimentos da CAP e as visitas domiciliares, objetivando a privacidade necessária, serão realizados no período matutino, de terça a sexta-feira. Considerando que cada atendimento, realizado interdisciplinadamente, demanda a elaboração de um relatório de atendimento e a discussão de caso, com o Médico Perito que fez o encaminhamento do Servidor, no cronograma de ações da CAP, consta o tempo para a elaboração dos Relatórios referidos.

A CAP, que foi constituída em 2009, objetivando a realização de um trabalho mais efetivo de atenção ao servidor afastado para tratamento de saúde, como uma forma de favorecimento à sua recuperação e retorno a atividade laboral e que, com a reconstituição da equipe, a partir do diagnóstico levantado pela equipe anterior, amplia sua linha de ação, visando também, um projeto de trabalho que, em sua plena e total execução, trabalhe na perspectiva de prevenção e promoção da saúde do Servidor Público Municipal. Nesse sentido, em abril, será iniciado o processo de inscrição para as oficinas e grupos terapêuticos que começarão no mês de maio. Com relação à frequência nas reuniões, todos os participantes, nomeados acima, estavam presentes nos trabalhos realizados.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria Nº 043/2011. Dispõe sobre os procedimentos para conservação e devolução de livros, bem como o descarte de livros irrecuperáveis ou desatualizados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Florianópolis e dá outras providências. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto nos artigos 7º e 8º da Resolução nº. 60 de 20 de novembro de 20 09 do Conselho Deliberativo do FNDE, R E S O L V E: Art. 1º Fixar procedimentos para conservação e devolução de livros didáticos que estejam na posse dos estudantes da Rede Municipal de Ensino, bem como para o descarte dos livros didáticos tidos como irrecuperáveis ou desatualizados que estejam na posse das unidades escolares municipais e/ou acumulados em órgão da Secretaria Municipal de

Educação do Município de Florianópolis. Art. 2º Para os fins desta Portaria considera-se: I - livros didáticos - todos os livros cedidos aos estudantes para uso durante o ano letivo; II - Livros do FNDE - Programa Nacional Biblioteca da Escola - todos os acervos provenientes do FNDE formados por obras de referência, de literatura e de pesquisa, bem como de outros materiais de apoio à prática educativa para fins de consulta e pesquisa por toda a comunidade; III - descarte - a doação de livros sem encargos, após avaliação prévia da Comissão Gestora do Descarte de Livros, conforme artigos posteriores; IV - irrecuperáveis - todos os livros que não puderem ser utilizados para os fins a que se destinam, devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação, após avaliação prévia da Comissão Gestora do Descarte de Livros, conforme artigos posteriores; V - desatualizados - todos os livros cujos dados não estão atualizados e que não acompanham a evolução de sua área de especialização. Art. 3º Cabe a unidade escolar, detentora dos livros, estabelecer procedimentos sobre as formas de conservação e de devolução dos livros pelos estudantes, bem como definir restrições para aqueles que descumprirem as regras de uso por ela estabelecidas, considerando sempre: I - a garantia de acesso dos estudantes aos livros disponibilizados; II - a necessidade de divulgar e esclarecer à comunidade escolar acerca das regras de uso adequadas dos livros e da importância do compromisso de todos com a sua conservação e devolução; III - a obrigação de incluir em seu projeto pedagógico ações que estejam direcionadas para a conservação e devolução dos livros; IV - a responsabilidade da direção da unidade escolar em orientar, fiscalizar, manter organizado e adequadamente disponibilizado o acervo para comunidade escolar. Art. 4º No final do ano letivo, a direção da unidade escolar deverá receber, separar e armazenar os livros devolvidos, organizando-os por ano e por componente curricular, em local adequado até o início do próximo ano letivo. Art. 5º Os livros do FNDE destinados à biblioteca escolar, para fins de consulta e pesquisa por toda a comunidade, deverão ser devolvidos no prazo previsto pela direção da unidade escolar. Parágrafo único. A descobediência ao prazo estabelecido para cumprimento do caput implicará restrições de acesso aos livros por período estipulado. Art. 6º Em se tratando de material bibliográfico tombado pela Secretaria da Educação, faz-se necessário, quando do descarte, o preenchimento do termo de baixa de bens para a efetiva saída do material da unidade escolar. Art. 7º Deverá ser instituída, nas unidades escolares, uma Comissão Gestora para Descarte de Livros a ser composta por 03 (três) servidores, sendo 02(dois) docentes e 01 (um(a)) bibliotecário(a), se houver, ou 03 (três) docentes, integrantes da unidade escolar designados pelo respectivo diretor, especificamente para a realização das avaliações previstas na presente Portaria. §1º A Comissão Gestora do Descarte de Livros será convocada, pelo diretor da unidade escolar, sempre que for necessário avaliação prévia para a realização do descarte. §2º Tratando-se do descarte de livros irrecuperáveis ou desatualizados, acumulados em Órgão da Secretaria da Educação, a Comissão Gestora do

3

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF
RESPONSÁVEL: Sandro Ricardo Fernandes

Gerente: William Costa Nunes

Rua Conselheiro Mafra, 656 • Centro • 88010-914 • Florianópolis / Santa Catarina • Fone/Fax (48) 32515940.





Diário Oficial do Município

De Florianópolis

Edição N°449

04 de abril de 2011

Florianópolis/SC

Despate de Livros será composta por 03 (três) servidores, integrantes do Órgão da Secretaria da Educação em questão, designados pela chapa imediata. §3º Os membros do Conselho Gestora do Despate de Livros exercerão função não remunerada de interesse público relevante. Art. 8º Os livros didáticos, com mais de 03 (três) anos de uso, não classificados como Inspecíveis ou desatualizados, após avaliação prévia da Comissão Gestora do Despate de Livros, serão doados sem encargo, prioritariamente, ao Projeto Floripa Letrada, para que funcionem como instrumento de pesquisa. Parágrafo único. No caso de inutilidade de interesse, manifestado por escrito, do Projeto Floripa Letrada, de que trata o caput, os livros permanecerão na unidade escolar sob a responsabilidade do respectivo diretor, que deverá adotar providências para o seu despate, conforme o disposto no art. 9º desta Portaria. Art. 9º Os livros classificados como Inspecíveis ou desatualizados, que não interessarem ao Projeto Floripa Letrada, acumulados na unidade escolar, serão doados sem encargos às APPs e/ou Conselhos Escolares, bem como os seguintes procedimentos: I - avaliação prévia realizada pela Comissão Gestora do Despate de Livros local, que deverá elaborar relatório contendo: a) declaração atestando que todos os livros são classificados como Inspecíveis ou desatualizados, conforme disposto nos incisos IV e V do art. 2º desta Portaria; b) especificação e quantitativo de todos os livros que serão doados; II - declaração de não interesse do Projeto Floripa Letrada; III - arquivamento do relatório na Biblioteca Escolar, para guarda, formalização do despate e posterior exame. § 1º Considerar a responsabilidade ambiental, sob a possibilidade das escolas, mediante determinação da APP e/ou Conselho de Escola, fazerem a gestão dos livros inspecíveis negociando-os com cooperativas de reciclagem; § 2º a destinação dos livros doados às APPs e/ou Conselhos Escolares, e demais a outras entidades deverá ser formalizada por intermédio do órgão da entidade beneficiária à direção da unidade escolar, apresentando: I - cópia autenticada do Estatuto Social e suas possíveis alterações, demonstrando que se trata de associação sem fins lucrativos e que tem como objeto a reciclagem de papel; Art. 10. A avaliação da condição dos livros do PNBE será efetuada pelo profissional bibliotecário da unidade escolar, quando houver, e, na ausência deste, pela Comissão Gestora do Despate de Livros da unidade, com a supervisão de bibliotecário integrante do quadro do Órgão Central da Secretaria da Educação, observando-se os seguintes procedimentos: I - avaliação prévia realizada pela Comissão Gestora do Despate de Livros, que deverá elaborar relatório contendo: a) declaração atestando que todos os livros são classificados como Inspecíveis ou desatualizados, conforme incisos IV e V do art. 2º desta Portaria; b) especificação e quantitativo de todos os livros que serão doados. II - submissão do relatório ao Conselho Escolar, se houver, e na ausência deste, à Diretora de Ensino Fundamental, para conhecimento e formalização do despate. Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 30 de março de 2011. RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ, Secretário Municipal de Educação.

PORTARIA N° 038/2010. Dispõe sobre o Conselho, Doação e utilização de Alimentos nos Espaços Escolares. O Secretário Municipal de Educação, no uso de sua competência e atribuições legais, e CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 983/2001, que dispõe sobre os critérios de concessão de Serviços de Lanches e Bebidas, nas Unidades Educativas, localizadas no município de Florianópolis; CONSIDERANDO a Lei Federal n° 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, com ênfase em seu art. 1º, CONSIDERANDO a Resolução/CD/PNE n° 38, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, com ênfase no seu art. 3º, § 1º, CONSIDERANDO a RDC 216/2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação; CONSIDERANDO a necessidade de constante aperfeiçoamento das ações de controle sanitário na área de alimentos visando a proteção à saúde da população; CONSIDERANDO a necessidade de harmonização da ação de inspeção sanitária em serviços de alimentação; CONSIDERANDO a necessidade de elaboração de requisitos higiênicos-sanitários gerais para serviços de alimentação aplicável em todo território nacional, RESOLVE: Art. 1º. Autorizar a comercialização de alimentos dentro do espaço escolar, desde que seja realizada pelas cantinas, regulamentadas por lei própria, localizadas nos espaços escolares. Art. 2º. Proibir a comercialização de alimentos realizada por ambulâncias, dentro do espaço escolar, mesmo que legalizadas e credenciadas. Art. 3º. Permitir a comercialização realizada por grupo de estudantes, com o objetivo de arrecadar fundos para formação, desde que autorizada por profissional nutricionista responsável pela Unidade Educativa. Art. 4º. Proibir a aceitação de doações, realização de compras e o consumo, independentemente da origem, seja de alimentos caseiros ou industrializados, como, por exemplo: bolos, biscoitos, pães, salgadinhos, pastéis e guloseimas em geral. Art. 5º. Proibir o consumo de bebidas com baixo teor nutricional, tais como refrigerantes, refrescos artificiais e outras bebidas similares no espaço escolar, considerando, inclusive, as atividades externas promovidas pela Unidade Educativa. Art. 6º. Permitir a aceitação de doações ou a aquisição de frutas, hortaliças e temperos frescos, desde que analisadas pela Comissão de Recebimento da Unidade Educativa, responsável pelo recebimento dos gêneros alimentícios enviados pelo Departamento de Alimentação Escolar, utilizando os mesmos critérios de controle de qualidade, de elaboração de cardápios e com a autorização da Nutricionista responsável. Art. 7º. Proibir doações e a aquisição de ovos, laticínios e produtos cárneos, devido à alta perecibilidade e risco sanitário. Art. 8º. O não cumprimento do disposto nos artigos desta Portaria implica a aplicação, ao Diretor(a) da Unidade Educativa, por ação ou omissão, da penalidade prevista no artigo 166, I, "b", da Lei n° 2.517/1998 c/c artigo 143, V, e artigo 154, I, ambos da Lei n° 903/2003. Art. 9º. A Secretária Municipal de

4

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF

RESPONSÁVEL: Sandro Ricardo Fernandes

Gerente: William Costa Nunes

Rua Conselheiro Maíra, 656 - Centro - 88010-914 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 32515940.



ANEXO 2: RELOCAÇÃO DO PROJETO FLORIPA LETRADA
(PORTARIA N°60/2017)



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 1920

Florianópolis/SC, segunda-feira, 10 de abril de 2017

pg. 3

(LINEGRO),j) Raquel Ghizoni j) Sílvia Grando Águila k) Werner Rodrigues Franco Art. 5º. São integrantes da Comissão de Temática e Relatoria: a) Melissa Costa Santos b) Ivani Coradi; c) Isadora Castilhos Coelho, d) Liliane Santos (Coletivo Pretas em Desterro), e) Giorgia Wiggers f) Gersu Machado g) Ana Cristina Vidor h) Nilcéia Antunes i) Tatiana Fraga l – Compete a Comissão de Temática e Relatoria: a) Elaborar e propor o método para consolidação do Relatório da Conferência; b) Propor nomes para compor a equipe de relatores da Plenária Final; c) Elaborar documento base, lista de presença, ficha de qualificação dos delegados, relatório final, bem como todos os documentos e formulários necessários ao controle e bom andamento dos trabalhos da conferência; d) Encaminhar o relatório final da conferência e a listagem dos delegados eleitos, bem como os demais documentos (lista de presença do credenciamento, ficha de qualificação dos delegados, relatório final) à Comissão Estadual no prazo máximo de 10 dias após a conferência. Art. 6º São integrantes da Secretaria Geral da Conferência: Secretária (a) Geral : Gersu Machado Secretária (a) Geral Adjunta: Sílvia Grando Águila Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação. Florianópolis, 28 de março de 2017. CARLOS ALBERTO JUSTO DA SILVA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA nº01/2017 - O Secretário Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, da Lei Orgânica do Município, c/c p art. 7º, inciso III, da Lei Complementar nº 465/2013, publica o presente edital de AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada no local e na data a seguir relacionados: LOCAL: Câmara Municipal de Florianópolis DATA: 26 de abril de 2017 HORÁRIO: 14h ASSUNTO: Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2016 das Ações e Serviços da Secretaria Municipal de Saúde, em cumprimento a Lei Complementar Federal n. 141, de 13 de janeiro de 2012. Secretária Municipal de Saúde de Florianópolis, em 10 de abril de 2017. CARLOS ALBERTO JUSTO DA SILVA - SECRETÁRIO DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 060/2017 - DEFINE ATRIBUIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES E COMUNITÁRIAS. O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº 595/17, resolve: Art. 1º O

Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias, vinculado à Diretoria de Educação Fundamental, terá as seguintes atribuições: I - Gerenciar e assessorar o trabalho técnico e pedagógico das Bibliotecas nas Unidades Educativas e Núcleos de Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis; II - Indicar, adquirir, distribuir e atualizar o acervo das Bibliotecas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, considerando as múltiplas linguagens, gêneros textuais e suportes; III - Orientar e monitorar o processo de escolha e de distribuição dos livros didáticos junto aos Bibliotecários e demais profissionais das Unidades Educativas; IV - Gerenciar e assessorar o trabalho técnico e pedagógico dos bibliotecários e auxiliares da biblioteca; V - Propor e coordenar a formação continuada como cursos, palestras, oficinas e encontros para os Bibliotecários e Auxiliares de Biblioteca; VI - Planejar e coordenar ações visando à execução de eventos e/ou projetos de leitura e literatura no que se refere à informação e comunicação no uso das mídias, em especial a Semana Municipal do Livro Infantil (Lei nº 8.125/10); VII - Coordenar o Projeto Floripa Letrada: a palavra em movimento, e o Projeto Clube da Leitura: Gente Catarinense em Foco; VIII - Atender os usuários da Biblioteca da Secretaria Municipal de Educação; IX - Exercer encargos especiais que lhe forem cometidos pelo Diretor da Educação Fundamental e Secretário Municipal de Educação. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 06 de abril de 2017. MAURÍCIO FERNANDES PEREIRA - Secretário Municipal de Educação.

PORTARIA CEF Nº 00271/17 - O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve: Artigo 1º Cessar os efeitos, a partir de 14/03/2014, da Portaria nº DES 00229/17 de 20/01/2017 que designou Juliana Folster Solença, matrícula nº 14189-5, lotada no NEI Professora Otília Cruz (343351), para Creche Machado de Assis (343245) por relatoação do titular. Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário. Florianópolis, 27 de março de 2017. MAURÍCIO FERNANDES PEREIRA - Secretário Municipal de Educação.

PORTARIA CEF Nº 00272/17 - O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve: Artigo 1º Cessar os efeitos, a partir de 14/03/2014, da Portaria nº DES 00274/17 de 20/01/2017 que designou Sharlene dos Santos, matrícula nº 25855-5, lotada na Creche Chico Mendes (343218), para Creche Machado de Assis (343245) por alteração do motivo de afastamento